



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 058

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE JUNHO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Péricles de Mello*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 058

55ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 04

Indicações 05

Requerimentos 06

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 09

Dep. Elton Welter 11

Dep. Valdir Rossoni 12

Dep. Reni Pereira..... 15

Dep. Elio Rusch 17

Dep. Osmar Bertoldi 20

Grande Expediente:

Dep. Ney Leprevost 20

Dep. Luiz Claudio Romanelli 23

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 13

Liderança do Bloco PRB/PSB/PV

Dep. Reni Pereira..... 15

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello..... 26

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 28

Discussão/Votação

Redação Final 29

3ª Discussão 29

2ª Discussão 29

1ª Discussão 29

Requerimentos 49

Encerramento da Sessão: 50

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT 50

Atas de Comissões

Constituição e Justiça 50

Indústria, Comércio e Turismo .. 51

DIÁRIO Nº 058

55ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 02 JUNHO DE 2009

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Rosane Ferreira.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli e Caíto Quintana (02).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Accorsi e Nereu Moura (02)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 033/09

Curitiba, em 02/06/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei autorizando o Poder Executivo a conceder subvenção econômica para o pagamento do prêmio do seguro rural, na forma estabelecida em ato específico.

Nos ditames da Constituição Federal, a política agrícola será planejada e executada objetivando o desenvolvimento rural nos seus aspectos econômicos e sociais, com a racionalização do uso e preservação de recursos naturais e ambientais.

Neste contexto, cabe ao Estado a geração contínua e evolutiva de tecnologia de produção; o estabelecimento de mecanismos de apoio a programas que atendam às áreas da agropecuária e à agroindústria de forma regionalizada e, preferencialmente, no meio rural ou em pequenas comunidades.

Com vistas aos textos colhidos junto à Constituição do Brasil e do Estado, o Governo do Paraná apresenta a essa Casa de Leis, a medida que implementa a Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, conforme especifica.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção econômica para o pagamento do prêmio do seguro rural, na forma estabelecida em ato específico, observadas as normas contidas nesta lei.

Art. 2º A subvenção econômica de que trata esta lei tem como objetivos:

I - ampliar o acesso ao seguro rural, de forma a propiciar a sua disseminação no meio rural;

II - atender às necessidades dos produtores rurais, garantindo ao segurado a cobertura de perdas decorrentes de adversidades incontornáveis;

III - incorporar o seguro rural como instrumento para a estabilidade de renda agropecuária;

IV - desenvolver o uso de tecnologias adequadas e modernizar a gestão do empreendimento agropecuário.

Art. 3º A concessão da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural será feita por meio do Programa de Diversificação da agricultura e Fortalecimento do Agronegócio Familiar - Projeto Atividade 2338 - Promoção e Execução de Políticas Agrícolas coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, na forma do regulamento desta lei e respeitadas as normas de seguros do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Parágrafo Único. A gestão financeira do programa será realizada pela Agência de Fomento do Paraná S/A.

Art. 4º São beneficiários da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural os produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, que satisfaçam os requisitos previstos em regulamento.

§ 1º Para beneficiar-se da subvenção econômica a que se refere o *caput*, o produtor rural deverá estar adimplente com o Estado, na forma do regulamento desta lei.

§ 2º Incluem-se entre os produtores rurais os agricultores familiares, definidos nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º A subvenção econômica de que trata esta lei poderá ser diferenciada segundo:

I - as modalidades do seguro rural;

II - os tipos de culturas e espécies animais;

III - as categorias de produtores;

IV - as regiões de produção;

V - as condições contratuais, com prioridade para aquelas consideradas redutoras de risco ou indutoras de tecnologia.

Art. 6º O Poder Executivo especificará em regulamento:

I - as modalidades de seguro rural e os tipos de culturas e espécies animais abrangidos pelo programa a que se refere o artigo 3º desta lei;

II - as condições operacionais para implementação e execução do programa e para o pagamento, o controle e a fiscalização da subvenção econômica de que trata esta lei;

III - as condições para acesso ao benefício previsto nesta lei, incluindo as exigências técnicas pertinentes;

IV - os percentuais e os montantes máximos de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, de forma compatível com a Lei Orçamentária Anual;

V - as condições de habilitação das seguradoras para participar do programa a que se refere o artigo 3º desta lei.

Parágrafo Único. Poderão ser adotados como critérios para a fixação dos valores a que se refere o inciso IV do *caput* as condições do beneficiário, o capital segurado e a unidade de área.

Art. 7º Os recursos para a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, para os exercícios de 2009 e 2010 serão provenientes de recursos financeiros já existentes no Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

§ 1º Os dispêndios para os exercícios futuros ficarão condicionados à decisão governamental e à disponibilidade orçamentária e financeira do referido Fundo.

§ 2º As obrigações financeiras assumidas em decorrência da concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, serão integralmente liquidadas no exercício financeiro da contratação do respectivo seguro rural.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários à implementação desta lei.

Art. 9º Farão jus ao benefício da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural os cultivos ou criações efetuados a partir de março de 2009.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº CEE/CC nº 1812/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita esclarecimentos sobre os investimentos realizados nos oito anos do Governo Jaime Lerner e nos seis anos do Governo Roberto Requião nos Municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC nº 1810/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Reni Pereira,

que solicita esclarecimentos sobre as taxas cobradas pela SANEPAR em alguns Municípios do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC nº 1891/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelos Deputados Elio Rusch, Plauto Miró, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi e Durval Amaral, que solicitam esclarecimentos sobre os repasses do Sistema de Financiamento Imobiliário - SFI do Sistema Financeiro de Habitação - SFH. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº AF/DEFIN/GTES - 00317/09 do Sr. Alfredo Gonçalves Nunes - Gerente do BNDES, comunicando que o referido banco efetuou no dia 11/05/09, liberação de recursos financeiros para o Estado do Paraná, no âmbito do Contrato nº 2222441, no valor total de R\$ 2.500.082,35. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 3085/09/REDUR/LD do Sr. Sérgio Luiz Zacarias - Gerente Geral da Agência Nova Londres da Caixa Econômica Federal, comunicando o desbloqueio de recursos financeiros em 06/05/09, no valor de R\$ 466.458,22 (quatrocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e dois centavos) referente ao Contrato de Repasse OGU nº 0244890-16/07/MAPA/CAIXA, junto ao Programa PRODESA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 263/09/Agência Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, informando a celebração do Contrato de Repasse de Recursos do Orçamento Geral da União nº 270.912-29/08 que tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução da Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social, no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), junto ao Programa FNHIS - Apoio à elaboração do Plano Local de Habitação de interesse social. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 125/09

Curitiba, em 02/06/09.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência das Sessões Plenárias dos dias 02/06/09 (hoje) e 03/06/09 e 04/06/09 por estar em visita às minhas bases eleitorais no Noroeste do Estado do Paraná e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Indicações

INDICAÇÃO N° 695/09

SÚMULA:

Propõe a inclusão de verba no orçamento do próximo ano para a construção de prédio da Delegacia de Polícia no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Propõe a inclusão de verba no Orçamento do próximo ano para a construção de prédio da Delegacia de Polícia no Município de Sarandi.

II - A solicitação justifica-se que o Município de Sarandi já efetuou a doação de um terreno ao Estado do Paraná, com área de 1.775,00m², conforme cópia da Lei n° 1439/07, mapa e memorial, anexo, restando, portando apenas a liberação de verba por parte do Governo Estadual para a efetiva edificação do prédio próprio da Delegacia de Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO N° 696/09

SÚMULA:

Solicita providências para Implantação do Projeto Biblioteca Cidadã no Município de Campo Magro.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que se segue:

I - Sejam tomadas as devidas providências para Implantação do Projeto Biblioteca Cidadã no Município de Campo Magro.

II - Estamos apresentando a presente indicação, objetivando beneficiar os estudantes e a população do Município de Campo Magro.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) BETI PAVIN

INDICAÇÃO N° 697/09

SÚMULA:

Solicita providências para Implantação do Projeto Biblioteca Cidadã no Município de Almirante Tamandaré.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que se segue:

I - Sejam tomadas as devidas providências para Implantação do Projeto Biblioteca Cidadã no Município de Almirante Tamandaré.

II - Estamos apresentando a presente indicação, objetivando beneficiar os estudantes e a população do Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) BETI PAVIN

INDICAÇÃO N° 698/09

SÚMULA:

Solicita providências para Implantação do Projeto Biblioteca Cidadã no Município de Guaraqueçaba.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que se segue:

I - Sejam tomadas as devidas providências para Implantação do Projeto Biblioteca Cidadã no Município de Guaraqueçaba.

II - Estamos apresentando a presente indicação, objetivando beneficiar os estudantes e a população do Município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) BETI PAVIN

INDICAÇÃO N° 699/09

Ao Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, sugere ao Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, a criação da CIRETRAN no Município de Quatro Barras, com abrangência do Município de Campina Grande do Sul.

Tal solicitação prende-se ao fato de que a criação da referida CIRETRAN no Município de Quatro Barras atenderá mais de 150 mil pessoas, que atualmente encontram dificuldades no atendimento e no deslocamento até as atuais CIRETRANS.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) NEIVO BERALDIN

INDICAÇÃO N° 700/09

SÚMULA:

Sugere o soldo de um Policial Militar ou Bombeiro Militar não poder ser inferior ao Piso Salarial Estadual.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Mauro Moraes dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - o soldo de um Policial Militar ou Bombeiro Militar não pode ser inferior ao Piso Salarial Estadual.

II - procurando a busca da justiça para nossos policiais estamos apresentando a presente indicação, solicitando que o soldo, que hoje é de R\$ 319,00, seja aumentado para o piso salarial do Estado do Paraná, que é R\$ 610,12, objetivando que seja garantida a iso-

nomia do soldo do militar com o piso salarial estadual.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) MAURO MORAES

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2614

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 790/07, item 05 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 2613

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 134 de 2009 de autoria do Deputado Fábio Camargo que torna obrigatória a instalação de portais de detectores de metais nos acessos às escolas do ensino fundamental e médio do estado do Paraná, público e privado, com mais de 250 alunos por turno e nas Cidades com mais de 50 mil habitantes.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 2595

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Especial, composta por 07 (sete) membros, com prazo de duração até o final da 16ª Legislatura, para acompanhar a organização e a execução dos trabalhos a serem realizados na sede de Curitiba, objetivando dar apoio e sustentação do Poder Legislativo aos organizadores da sede paranaense no Campeonato Mundial de Futebol de 2014.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 2592

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Joelson José Uzeika, ocorrido no dia 30/05/09, no Município de Guaraniáçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Marcia Constantini Uzeika.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É justo prestar uma última homenagem ao Sr. Joelson José Uzeika. Seu falecimento abre uma lacuna que com certeza jamais será preenchida. Ficará o seu legado, que os seus amigos e principalmente seus familiares haverão de dar sequência.

Pessoa de fácil relacionamento, era bem quisto pela população. Honesto, cumpria com fervor os seus compromissos e por isso mesmo possuía grande credibilidade. Excelente pai de família, deixou um exemplo magnífico de como se conduz uma família.

As pessoas que conviveram com o Sr. Joelson são testemunhas da sua benevolência, caráter, retidão e integridade, granjeando com isso uma legião de amigos e admiradores. Às vezes não conseguimos compreender os desígnios de Deus para a nossa vida.

Porém temos que aceitar, muito embora seja doloroso, principalmente quando nos deparamos com a morte de pessoas queridas. O sentimento é de tristeza e desânimo. Mais um companheiro que partiu desse mundo. Devemos agora nos unir em oração rogando a Deus que o acolha e lhe reserve um espaço abençoado.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 2593

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Jocerli Sandri, ocorrido no dia 29/05/09, no Município de Guaraniáçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Edir Fatima Queiroz Sandri, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A vida esse dom maravilhoso de Deus, nos reserva surpresas inexplicáveis. Sem avisar, às vezes interfere no cotidiano das pessoas. Vejam só. Dia 29 de maio programei uma viagem ao vizinho Estado do Rio Grande do Sul, após visitar um querido amigo num hospital de Curitiba.

Jovem, cheio de vitalidade, imaginei e os próprios médicos tinham a mesma avaliação, seria apenas um procedimento corriqueiro e, logo, logo o paciente estaria na ativa novamente.

Ledo engano. Quando já estava percorrendo o Estado de Santa Catarina, com destino ao Estado gaúcho, fui alcançado por um telefonema do Prefeito de Guaraniáçu, Ronaldo Cazella, dando a notícia de que tudo dera errado e o nosso amigo não resistiu e acabou falecendo.

Refiro-me ao meu irmão de fé, sonhos, esforços e lutas, Jocerli Sandri, carinhosamente chamado de Juba, Presidente do Diretório do PMDB de Guaraniáçu.

Infelizmente perdemos um grande cidadão. Companheiro, guerreiro, idealista, jovem, cheio de vida e de

projetos. Partiu desse mundo por um acidente desses que nem mesmo os cientistas renomados conseguem explicar.

O fato é que o Juba já não está mais entre nós. A comunidade de Guaraniaçu, com certeza, sentirá muita falta desse homem. Não tinha preguiça. Lutador e com visão. Sabia exatamente onde queria chegar. Com calma e tranquilidade, lidava com os problemas com enorme habilidade. Tanto que era tido como um conciliador. Não abria mão do bom combate, porém sempre com respeito e denodo.

Pai de família responsável, filho abnegado, amigo leal, empresário de visão, político de bons princípios, assim podemos definir as características de Jocerli Sandri.

Eu particularmente fiquei muito chocado com este falecimento tão prematuro. Tenho o prazer de desfrutar da amizade da família Sandri há quase 30 anos. E desde ainda quando era menino conheci o Juba e pelo jeito como se comportava eu imaginava que aquele guri teria um futuro promissor.

Nestes últimos 20 anos tivemos um convívio bem próximo. Nas lidas políticas e empresariais. Era um parceiro inseparável. No nosso velho PMDB de guerra, no CTG Porteira do Paraná, no Clube do Sábado, enfim em todos os lugares, ele sempre era a mesma pessoa.

Lamentavelmente, partiu para outra jornada, ainda muito moço, cheio de idéias, de sonhos e esperança. Mas Deus na sua infinita sabedoria sabe o que faz. Por isso, como amigo da família, amigo do Jocerli Sandri, confere-me o dever de solicitar apoio aos meus Pares desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para aprovar o presente voto de condolências a toda família, ao povo de Guaraniaçu e também uma última homenagem a um grande homem que foi meu estimado amigo Juba.

REQUERIMENTO Nº 2597

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 29 de maio, do Sr. Tsugio Takeche, progenitor do Sr. Massao Takeche, ex-Prefeito do Município de Matelândia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2610

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 01 de junho, do Sr. Raul Baptista Trombini.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2600

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Unidade Municipal de Saúde Nova Orleans

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Unidade Municipal de Saúde Nova Orleans, que através de uma equipe dedicada e de alta qualidade, realiza atendimentos de enfermagem, médico e odontológico, contando com especialistas nas áreas de clínica geral, pediatria, ginecologia e obstetrícia, cumprindo seu papel de levar o bem-estar à comunidade, desenvolvendo atividades programadas para grupos específicos através do Programa Mãe Curitiba. Atenção à Saúde da Criança, Hipertensos, Diabéticos, Planejamento Familiar, Saúde Mental, Adolescentes e outras como a promoção a saúde e estímulo à prática de atividades físicas e hábitos saudáveis.

REQUERIMENTO Nº 2601

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Vera Lucia Pacheco.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Vera Lucia Pacheco, professora mestre, diretora de ensino do Instituto Superior de Educação da América do Sul - ISAL, onde desenvolve um programa de pós-graduação que contempla a formação continuada dos professores, buscando constantemente o saber, refletir sobre sua prática pedagógica e ampliar suas possibilidades de ação em termos dos instrumentos e procedimentos que se utilizam no exercício da docência, através do ensino e pesquisa, elementos indissociáveis na produção do conhecimento, sua atuação envolve professores-pesquisadores e alunos em um processo de reflexão pedagógica voltando a novos caminhos de qualificação profissional, construindo uma sociedade humana, justa e solidária.

REQUERIMENTO Nº 2602

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Chapéu de Palha.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Chapéu de Palha, que através de suma culinária, transmite à sociedade curitibana os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital.

Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

REQUERIMENTO Nº 2603

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Luiz Carlos Oliveira.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luiz Carlos Oliveira, Delegado-Chefe da Delegacia de Furtos e Roubos, e toda sua equipe pelo excelente trabalho realizado frente a esta especializada, demonstrando que com trabalho e dedicação é possível reduzir a criminalidade e atender a comunidade com préstimo e eficiência, levando a confiança de seu grupo à comunidade em geral e elevando o nome da Polícia Civil do Estado do Paraná aos mais altos níveis, demonstrando confiabilidade e empenho no combate a criminalidade, suas ações são objetivas e esclarecedoras, levando respostas a comunidade, dando segurança a população dia e noite, protegendo vidas, bens e garantindo tranquilidade.

REQUERIMENTO Nº 2604

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Ana Paula Baldan.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Ana Paula Baldan, pesquisadora do Centro de Produção de Organismos Marinhos, coordenadora técnica do Projeto Ostras, que tem como objetivo a restauração da capacidade pesqueira da baía de Guaratuba, onde envolve um excelente corpo técnico e pesquisadoras associadas, que com suas investigações descobrem maneiras e soluções para ampliar o aumento da renda familiar de pescadores através da geração de tecnologia e de aumento na produtividade, assegurando o crescimento sustentável da atividade e dando condições de desenvolvimento a uma comunidade que depende basicamente da pesca, seu trabalho é reconhecido pela qualidade, eficácia e resultado positivo.

REQUERIMENTO Nº 2605

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Louvanir J. Menegusso.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Louvanir J. Menegusso, Diretor-Presidente da Prentiss Química Ltda, empresa com atuação no mercado agrícola e genuinamente paranaense, que ocupa lugar de destaque entre as empresas de seu segmento, empregando recursos para a melhoria contínua de sua linha de produtos e a excelência de seu corpo de profissionais, investindo em pesquisa e desenvolvimento, tendo cuidado com os procedimentos de segurança e proteção ambiental, comprometida com a saúde do agricultor e a sustentabilidade ambiental, com um sistema de gestão integrado, abrange todos os seus processos, levando mais precisão e controle às etapas de produção, sob seu comando, a indústria modernizou a infraestrutura e adquiriu equipamentos de última geração que ampliaram o mix de ofertas de insumos, o comprometimento com o desenvolvimento da agricultura brasileira, a saúde do consumidor e o progresso do nosso País, determinam o caminho deste empresário comprometido com o povo de seu Estado e do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 2612

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUERER, após a aprovação o duto plenário, o envio de pedido de informações pela Governadoria através da COPEL.

Foi noticiado pelos meios de comunicação, na última semana, restando como de conhecimento público, que a empresa COPEL tem emitido faturas com valores acima do montante efetivamente consumido pelo usuário no ano de 2009. Em certos casos, como se soube, existiu aumento de mais de 100% (cem por cento) do valor em relação a média utilizada no últimos meses.

Pois bem, acerca disso, relembre-se que a relação travada entre a COPEL e o usuário do serviço é tipicamente consumerista, conforme artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Por ser assim, a suposta cobrança elevada pode configurar prática abusiva, como descrito no artigo 39, "X", da Lei nº 8078/90, ora *in verbis*:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

X - elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

Na mesma lei de defesa do consumidor existe disposição expressa para o caso de cobrança abusiva e excessiva, sendo que poderá se resolver pela repetição do

indébito, por valor igual ao dobro do que foi pago em excesso, devidamente atualizado, conclusão evidente pelo artigo 41:

Art. 41. No caso de fornecimento de produtos ou de serviços sujeitos ao regime de controle ou de tabelamento de preços, os fornecedores deverão respeitar os limites oficiais sob pena de não o fazendo, responderem pela restituição da quantia recebida em excesso, monetariamente atualizada, podendo o consumidor exigir à sua escolha, o desfazimento do negócio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Compete ainda dizer que o consumidor tem direito básico de acesso à informação detalhada sobre o produto ou serviço e ainda mais, em caso de dano, de ser integralmente ressarcido, conforme segue:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

Diante desse quadro, e mais, para que se respeitem direitos básicos do consumidor é que são imperiosos os esclarecimentos, por parte da COPEL dos seguintes quesitos:

- Qual o método utilizado pela COPEL para cálculo do valor total de serviço a ser cobrado dos consumidores?

- O serviço de cálculo de quantia de eletricidade utilizada, bem como a emissão de faturas de cobrança para envio aos consumidores é feito diretamente pela COPEL? Em caso de resposta negativa, é realizada por qual empresa? Em sendo o caso de terceirização do serviço de cálculo de eletricidade, é necessário o envio do contrato firmado para tal finalidade e esclarecimento sobre a realização de licitação.

- Houve qualquer espécie de erro no cálculo da quantia de eletricidade gasta pelos consumidores da COPEL neste ano de 2009? Em caso de resposta afirmativa, deve ser enviada relação de contas e valores cobrados a maior em todo o Estado do Paraná.

- Em caso de cobrança realizada a maior, como a empresa ressarcirá os consumidores?

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) RENI PEREIRA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 267/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Orientação e Reintegração ao Dependente de Álcool -

CORDEAL, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/06/09.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Orientação e Reintegração ao Dependente de Álcool - CORDEAL, fundado em 03/04/00, é uma entidade de caráter religioso, orientador, educacional e filantrópico, localizado no Município de Foz do Iguaçu.

Tem por objetivo melhorar a qualidade de vida de seus associados em geral, proporcionando a integração, o congraçamento social, esportivo e cultural, e oferecer ao dependente do álcool ou drogas, recuperação de forma definitiva.

Pela importância da entidade, solitico apoio dos nobres Pares para aprovação deste projeto.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente é o Deputado Antonio Belinati, a quem concedemos a palavra.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente, Nelson Justus, Deputado Jonas, Deputada Rosane Ferreira, Deputadas, Deputados, visitantes e paranaenses que assistem pela Rede MERCOSUL de Televisão e também pela TV SINAL as transmissões desta Casa.

Quero agradecer aos paranaenses que têm enviado e-mails para mim, e creio que os demais Deputados também têm recebido. É importante recebermos e-mails, porque ficamos sabendo de imediato o que está acontecendo, de certo ou de errado, em todas as regiões do Paraná. E como exemplo, recebi da professora Rute Macedo, que mora em Nova Esperança, um e-mail que diz o seguinte:

Deputado Belinati, estou passando por uma situação bastante difícil. Sou professora com formação acadêmica e concursada na disciplina de física. Nesse último concurso, escolhi uma vaga no Núcleo de Educação para Paranavaí, em janeiro, vagas essas apresentadas pelo próprio Núcleo. Como resido em Nova Esperança, escolhi vaga no Colégio Estadual Costa Monteiro, no referido Município, pois na relação apresentada pelo Núcleo existia, sim, vaga nesse colégio para dar aula de física. Quando apresentei meus termos de posse e de exercício na escola, a diretora da escola me informou que não existia vaga na disciplina de física, e sim somente quatro aulas de física. Procurei a funcionária dos recursos humanos e também o chefe do Núcleo de Ensino de Para-

navaí, isso no dia 3 de fevereiro, para resolver o meu problema. O que eles fizeram? Eles resolveram o problema deles e não o meu.

Foi tipo assim: eles fizeram um chuncho com as aulas. Então, está aí para a Secretária da Educação dar uma atenção à professora Rute Macedo. Ela foi informada que existiam aquelas aulas, habilitou-se, apresentou os documentos e é lamentável esse trambique que a professora está reclamando e tem que ser tomada uma providência. A professora não pode ser prejudicada.

Recebo e-mail de Maringá, do Wilson. Ele é membro da Associação Mundial Antitabagista-AMAPA e dá uma sugestão interessante. Ele apóia o projeto que apresentei, que se aprovado e transformado em lei vai proibir o fumo em todos os locais fechados do Paraná, e ninguém vai poder fumar em shopping center, em loja, em escolas, em hospitais, em postos de saúde, em praças de esportes, só em local aberto. Ele diz que em Maringá, conseguiu banir os fumódromos e com isso trazer grande benefício aos fumantes e até aos não fumantes. Ele gostaria que verificássemos a possibilidade.

Nobre Deputada Cida Borghetti, ele é da sua terra e dá uma sugestão para inclusão no nosso projeto de lei para proibir a exposição de cigarros e produtos derivados do fumo dentro de estabelecimentos. O projeto, nesse sentido, está sendo analisado também em São Paulo. Seria um grande avanço no combate ao tabagismo. Então, ele quer ir mais além, de não permitir nem a venda do cigarro em locais fechados. É uma ideia para discutirmos com os nobres Pares desta Casa.

Flávio Vilmar da Silva: *Na qualidade de cidadão curitibano e advogado, precisaria saber de V. Exa. sua posição particular acerca da instalação da Defensoria Pública em nosso Estado. É de fundamental importância que se dê andamento na questão, haja vista a carência vergonhosa e que macula o nosso Estado.* Olha, Flávio, gostei da ideia, fica aqui um apelo a todos os Parlamentares para que discutamos, o quanto antes possível, a criação da Defensoria Pública, que vai ser um instrumento poderoso de auxílio à produção de um modo geral. Gostei da ideia do Flávio Vilmar da Silva. Agora, cabe a nós todos agilizar para que o Paraná tenha essa tão necessária e importante Defensoria Pública.

Recebo e-mail do Claudemir Saldanha: *Deputado Belinati, gostaria de saber se há alguma chance do projeto do Governador, mais uma vez, deixar os vigilantes desempregados. Se aprovado, quando será o dia da votação? E também o nome dos Deputados que votarem a favor do Governo, para que possamos passar esses nomes aos colegas.* É sobre o projeto do Governador Requião. Não concordo com ele de maneira nenhuma, está errado o Governador, ele quer acabar com o emprego de 6 mil e 500 vigilantes, quer tirar o emprego dos vigilantes que hoje, através das empresas contratadas pelo Governo do Paraná, trabalham nos prédio onde tem repartição pública, fazem a guarda desses prédios, onde tem escola, posto de saúde, hospital público, onde tem

DETRAN. E o Requião quer trazer os policiais que já trabalharam, já estão aposentados, estão na reserva remunerada da Polícia Militar. Se quer trazer de volta esses policiais, tirando o emprego de 6 mil e 500 vigilantes, deixe os vigilantes trabalharem e aproveite esses policiais para virem aqui combater os bandidos. Mas jamais, o Governador Requião, jamais vamos concordar que se acabe com o emprego dos vigilantes. E respondo o nosso prezado vigilante Claudemir Saldanha, ainda não tem data marcada para o projeto do Requião que acaba com o emprego de 6 mil e 500 vigilantes, não tem data para esse projeto ser votado aqui. O Governo tem a maioria nesta Casa, mas é uma medida que vai judiar dos demais vigilantes, porque se perderem o emprego, ele não vão achar outro posto de trabalho, não.

Temos e-mail do Ademir Gonçalves Porfílio: *Deputado Belinati, é com imenso prazer que venho lhe agradecer por estar ao lado os vigilantes. O Sr. Governador quer acabar com o nosso emprego. O que seria de nós desempregados, aonde iremos trabalhar, o que iremos fazer? São milhares de vigilantes que irão perder os seus empregos. Penso que o senhor esteja nos ajudando com seus demais companheiros Deputados. Muito obrigado e que Deus o abençoe.* Os vigilantes, a maioria deve estar perdendo sono diante da ameaça de perder o emprego. Pode contar comigo, meu caro Ademir Gonçalves Porfílio.

Outro e-mail do Ronaldo: *Deputado, peço para que vote contra o projeto de Requião, que quer acabar com o emprego dos vigilantes nos órgãos públicos e colocar policiais da reserva remunerada. Vai ser um caos. Ajude a todos nós a mantemos nossos empregos. Pode contar comigo, meu caro Ronaldo.*

Temos aqui da Procuradoria do Trabalho, de Margarete de Mattos de Carvalho, convocando para a próxima reunião ordinária do Fórum Lixo e Cidadania do Paraná, no dia 4 de junho às 9h30, na Auditoria da Procuradoria Regional do Trabalho. Quero prestar uma homenagem a Procuradoria do Ministério Público do Trabalho, é muito atuante, sempre mandando relatório das atividades para todos nós Deputados. Parabéns!

Sr. Presidente, vejo aqui na Folha de São Paulo: *Senado pagava auxílio-moradia para Ministros.* Quais são eles? Alfredo Nascimento, Hélio Costa e Edson Lobão. Os três juntos receberam, a título de aluguel, R\$ 345 mil e 800. Por que estamos trazendo esse assunto aqui? Aqui no interior, some um apagador de uma escola, e o Prefeito, às vezes, é afastado do cargo, os bens do Prefeito são colocados em indisponibilidade.

O mesmo acontece na Câmara de Vereadores, qualquer anormalidade fica decretada a perda dos direitos políticos de Prefeito, de Vereador, por menor que seja a anormalidade. Mas e lá em Brasília? São três Ministros, fora os demais, que botaram no bolso R\$ 345 mil e 800, a título de auxílio-moradia, porque eles têm propriedade particular em Brasília.

O que vai acontecer com esses três Ministros? Absolutamente nada! Se fosse aqui, de um Município pequeno, o Prefeito ficaria inelegível, como alguns ficaram, ganharam a eleição e foram impedidos de tomar posse. Não estou nem falando do caso de Londrina. Uma irregularidade técnica na conta do Prefeito e ele fica inelegível por cinco anos; encerra a carreira. Tem que arrumar advogado. Tem ex-Prefeito de lugar pequeno que, muitas vezes, não tem dinheiro para contratar um advogado para defendê-lo. Mas lá em Brasília não! Acho até que esses Ministros se orgulham de botar no bolso R\$ 345 mil e 800, a título de pagar moradia. E não vai acontecer nada.

Esse é o lado da ingratidão da lei, dois pesos e duas medidas. É o pequeno que é sempre pego para modelo de punição, para dizer que não há impunidade. Com os graúdos, em Brasília, quase nada acontece. Faço aqui uma defesa, principalmente de ex-Prefeitos. Estamos aqui há 41 anos sendo votados e sendo eleitos pelo povo, sem apoio de Prefeito. Não tivemos na nossa eleição nenhum Prefeito nos apoiando. Mas vejo, principalmente em um lugar pequeno, o quanto que o Prefeito rebola quando ele deixa o cargo.

Muitas vezes, deixa o cargo em uma Cidade pequenininha, e nove, 10, 12 anos depois, o Prefeito ainda está tendo que prestar contas ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário. Não que queiramos separar e dizer que o pequeno não deve ser punido, mas que a punição no Brasil fosse também para os graúdos que estão mandando, mandando e desmandando nesta República, sob o manto da impunidade.

Para terminar, Presidente Nelson Justus, o Congresso vai entrar em recesso em julho e, até agora, não definiu as regras para eleição do ano que vem. Eles têm até o final de setembro para definir as regras das eleições do ano que vem. Sempre que está chegando eleição, há sempre aquela incerteza: qual vai ser a lei? O que vai poder? O que não vai poder? Como é que vai ser o financiamento da campanha? Agora, estão voltando a falar do financiamento público para campanha!

Isso é um absurdo num País que falta UTI, falta médico, falta remédio, falta emprego para o povo, principalmente para a camada pobre, às vezes, não tem dinheiro para comprar um óculos, uma muleta, uma cadeira de rodas, um remédio.

De repente, se aprovada esta lei, Deputado Alexandre Curi, a Justiça Eleitoral vai pegar o dinheiro que é público, que deveria ser usado em favor dos pobres, e vai financiar todos nós políticos. Está errado!

No meio dos candidatos têm banqueiros, donos de banco, latifundiários, pessoas arquimilionárias. Vão usar o dinheiro que vai fazer falta para diminuir um pouco a pobreza do nosso Brasil. Por isso, quando Brasília volta a falar em usar dinheiro público, dinheiro do povo para financiar a nós políticos, dinheiro que é público jamais deveria ser investido em campanha eleitoral, mas sim para resolver os grandes problemas de miséria.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho a esta tribuna para ressaltar uma importante medida adotada pelo Presidente Lula, a Medida Provisória nº 462, de 14 de maio de 2009, para felicidade dos Prefeitos do Brasil inteiro, que tiveram sua receita diminuída em função dos impactos da redução do IPI e também do Imposto de Renda, que refletiu diretamente no repasse do FPM para as Cidades brasileiras. Os Municípios já estão com o dinheiro no caixa, as Cidades do Brasil inteiro já receberam do Governo aquilo que foi a arrecadação de janeiro a março de 2008, que foi o período de maior arrecadação da história dos Municípios, e a reclamação dos Prefeitos, neste ano, foi de que diminuiu a receita.

Essa medida provisória já corrigiu e depositou nas contas das Prefeituras essa diferença. Então, está garantindo para o ano todo, este ano, que os repasses da receita corrente que vêm da União para os Municípios terá esse repasse, pelo menos aquilo que foi arrecadado no ano de 2008. O Município de Assis Chateaubriand, por exemplo, no ano de 2008, arrecadou, de janeiro a março, R\$ 3.159.487,57, e arrecadou neste ano R\$ 2.961.142,69. A diferença já está na conta e se equiparou aos 3 milhões, de janeiro a março de 2008, e foi de R\$ 198.344,08, que estão já na conta da Prefeitura.

Isso tudo para que as Prefeituras do Brasil possam ter um planejamento e não terem diminuídas suas receitas em função das medidas adotadas pelo Governo Federal para preservar os empregos do setor automobilístico, e também que impactou na redução do IPI e consequentemente reduziu a arrecadação da União e, por extensão, deu reflexo no repasse do FPM. E com essa medida provisória, os Municípios receberam a primeira parcela referente aos três meses, de janeiro a março, que tiveram a redução. Já está nas contas das Prefeituras.

A Cidade de Cascavel, por exemplo, no Oeste do Estado do Paraná, recebeu R\$ 495 mil 765. Em 1998 teve uma arrecadação de R\$ 10 milhões, 433 mil. E neste ano, nesse mesmo período, 9 milhões, 938 mil. Essa diferença já foi depositada, garantindo, portanto, que as Cidades do Paraná, as Cidades do Brasil que tiveram redução de receita, recebam nos cofres públicos a mesma arrecadação que tiveram no ano de 2008.

Também venho a esta tribuna ressaltar que, nesse assunto que acabei de falar, apesar de toda a crítica, mostra que há um diálogo permanente do Governo Federal em sintonia com as demandas dos Municípios. O Governo tem dialogado com todos os setores, como dialogou com os Prefeitos, com o setor produtivo de automóveis que estava em crise o IPI. A General Motors teve

que ser absorvida pelo Governo Americano. Aqui, no País ainda se conseguiu tomar uma medida preventiva como essa e está se garantindo a fabricação e a venda aquecida. Isso também, naturalmente, que os nossos impactos foram menores, e mesmo assim o Governo Federal tem conseguido adotar medidas em conjunto, no caso do FPM, com os Prefeitos, debatendo, achando medidas e, no caso do setor produtivo de automóveis, discutindo a questão do IPI. No setor da linha branca também foi reduzido o IPI para melhorar o poder de consumo do povo e garantir mais empregos nas indústrias.

Antes de finalizar, gostaria de registrar notícia do jornal O Paraná, que tem sua sede em Cascavel e circula no Paraná afora, a notícia é de ordem, mas foi divulgada hoje, a pesquisa CNT/Sensus deixou muito claro que a Ministra Dilma, para nossa felicidade, que é nossa pré-candidata a Presidente, já tem empate técnico quando se fala em pesquisa espontânea. A Ministra Dilma tem 5,4 das intenções de voto na espontânea, e o Governador Serra 5,7%. Uma pequena diferença mostra que, de fato, apesar da Ministra Dilma não ser tão conhecida quanto o Serra, mas já é lembrada tanto quanto ele na pesquisa espontânea. Isso para nós é muito significativo. Tenho convicção que, no decorrer deste ano, haverá um crescimento, os indicadores ainda apontarão o crescimento da Ministra Dilma, que é um significado real de que o povo aprova a política econômica adotada pelo Presidente Lula no seu Governo, e isso certamente impactará nas eleições de 2010 com resultado positivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Gostaria de anunciar a presença da Chefe da Divisão Regional de Saúde de Cianorte, Dra. Adriana, a pedido do Deputado Jonas Guimarães. Seja bem-vinda a esta Casa.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, a Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, e de acordo com o artigo 9º, parágrafo IX, que diz o seguinte: *Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.* Hoje estamos no dia 2 de junho, eu consulto a V. Exa. se a Secretaria da Fazenda, ou o Governo do Estado, já tem enviado a esta Casa aquilo que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe a questão de ordem de V. Exa., inclusive a Secretaria da Assembleia tem me cobrado uma data para que o Secretário, não só o Secretário da Fazenda, como também o Secretário da Saúde - já alteramos a data ao Secretário da Saúde, a meu pedido, por duas vezes.

Ainda na semana passada, o Dr. Gilberto me questionou e já jogamos o Dr. Gilberto, porque a intenção nossa, Deputado, é que isto ocorra numa quinta-feira para que não haja...

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Eu solicitaria a V. Exa., na medida em que a Casa já tenha recebido, como é de praxe, que encaminhe para o nosso gabinete e ao gabinete dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encaminho. O Dudu vai estar com esse material. Bem lembrado. Eu vou pedir para a nossa assessoria que encaminhe ao gabinete de V. Exas. ainda hoje, no mais tardar amanhã.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa.

Hoje é um dia na minha vida um pouco inusitado. A primeira visita que fiz hoje, Deputado Elio Rusch, foi à “escolinha” do Requião, e não foi para nenhum acordo político. A segunda visita foi ao Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus. A terceira visita minha foi ao 1º Secretário, Alexandre Curi. E às 11h tive a honra, pela primeira vez, Deputado Dobrandino, de ser recebido pelo Sr. Governador, porque fui marcar a audiência com o Governador na “escolinha”.

E aí quero pedir a compreensão da imprensa, porque é extremamente difícil você colocar uma questão tão importante para a região de União da Vitória, para a Região Sul do Paraná e que está mexendo com a questão ambiental.

Antes de falar aqui o que eu quero, quero dizer aqui a todos os Parlamentares e a quem está assistindo a TV SINAL, que eu considero a região de União da Vitória, e quando falo União da Vitória compreende em torno de 15, 20 Municípios, Deputado Neivo Veraldin, 57% das suas áreas são cobertas de mata nativa.

Sabem quanto por cento é preservado no Paraná em média? Oito por cento.

A maior área de pinheiro araucária do Paraná preservada no Estado é na região de União da Vitória, Até aí tudo bem.

É importante que a população saiba disto. O que é que está acontecendo na nossa região? Uma revogada, parece que os Estados Unidos atacaram Cuba. A proporção é esta: os Estados Unidos atacando Cuba. É uma revogada de Polícia Federal, de IBAMA, de IAP, é um mundo na região criando um terrorismo na população, sem precedentes, e fazendo lá uma fiscalização de terrorismo.

Não quero dizer, de forma nenhuma, que lá na nossa região, a qual represento com honra, não tenha crime ambiental. Disse ao Governador agora no Palácio Iguaçu: os criminosos que cometeram crime contra o meio ambiente, coloque na cadeia. Agora, há de se compreender que a nossa região tem agroindústria, que planta e que colhe. E que neste momento, a grande maioria das empresas estão lacradas pelo IBAMA, pela Polícia Federal e pelo IAP.

Fiz um apelo ao Governador e faço um apelo a esta Casa. Ele deu uma sugestão ao Presidente Nelson Justus, e aí faço mais uma vez um apelo à Comissão de Meio Ambiente. Gostaria que fosse o Governador, mas como não tenho esse direito, o apelo eu fiz para que o Governador pegasse o helicóptero e sobrevoasse a Região Sul do Estado. E, certamente, ele vai observar naquela região, a região que mais preservou neste Estado, e que hoje está instalada lá na região a pirotecnia. Os senhores devem ter visto jornais com fotos de araucárias derrubadas.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Não quero dizer que não tenha crime ambiental lá. Não tenho conhecimento. Dizer aos senhores que trabalho no ramo da agroindústria e que, graças a Deus, não tenho este problema. Tive sempre o cuidado, porque quem mexe com o Requião tem que ter cuidado. Eu não seria louco de cometer crime ambiental e amanhã o Requião me arrebentar. Disse isso lá no Palácio e talvez por isso tenha recebido um tratamento respeitoso. Mas, a nossa região de União da Vitória hoje paralisou. Não tem mais nada.

E quero dizer aqui, especialmente à imprensa que faz a opinião pública, vi alguns blogs de que o Rossoni invadiu a “escolinha” para proteger os madeireiros. Diferente, me desculpem se não sabem a diferença de madeireiro e agroindústria. Agroindústria é aquela que planta e colhe. Estou defendendo a agroindústria. Se a agroindústria plantou eucalipto, ela tem direito de colher o eucalipto; como quem planta milho. Quem plantou pinus, tem direito de colher pinus.

Agora, o que aconteceu na nossa região? Há 60 dias criou-se todo um fato, e pedi ao Deputado Péricles o relatório do IBAMA, o que eles tinham encontrado na nossa região. O que o relatório citava de mais grave? Que tinha uma área de uma determinada empresa que foi invadida e que tinha lá pessoas comprando a madeira. Esse foi o grande crime encontrado pelo IBAMA.

O outro crime que eles estão encontrando lá, que também acham de um significado importante, por exemplo: esses móveis aqui, existe um laminado em cima dele. Este laminado é madeira do Mato Grosso. Para vir do Mato Grosso tem que vir com certificado. E aí, eles atacaram a outra empresa e lacraram.

Uma outra questão, Deputado Nelson Justus: tem uma empresa que tem mais de 1 mil funcionários, que

tem certificado internacional, recebe fiscalização mensal para ver se ela está respeitando o meio ambiente e está lacrada. O que fui pedir ao Governador? Fui pedir que continuem a fiscalização, executem as pessoas que estão cometendo crime ambiental, mas que não precisa este aparato e esta agressividade com que estão agindo na região.

Há mais de 15 dias isto está acontecendo e hoje de manhã foi um terror. Eles fecharam 16 empresas. Agora surge notícia que gravaram, que grampearam, não sei o quê. Só digo o seguinte: aí é responsabilidade dos Governos. Se vocês forem fazer uma visita aos pequenos agricultores da região, o pequeno agricultor hoje não sabe aonde trabalhar na sua propriedade, porque não existe um planejamento, não existe um apoio técnico, não existe logística. E ainda mais, os órgãos ambientais, o IAP, trabalham sobre o terror, porque se eles derem alguma licença, por mais legal que seja, ele poderá sofrer penalidades. E até ele provar que é inocente, está morto.

Sinceramente, acho que a Região Sul está pegando por uma montagem do Ministério do Meio Ambiente, tirar os excessos que tem lá na região, e que concordei com o Governador que tem que ser executado. Aí está montado um circo. Está montado um circo entre o Ministro do Meio Ambiente, que vive de shortzinho na praia de Copacabana, com o Ministro da Agricultura, que tem o barro vermelho na sua botina. E agora estão pagando o seu pai, Deputado Stephanes. Onde seu pai nasceu? Porto União. A região de Porto União, Santa Catarina, também está sob essa forte fiscalização.

Então, a briga do Código Florestal que está sendo discutida, está explodindo na região que mais preservou no Estado do Paraná. Cinquenta e sete por cento é coberto de mata nativa. E estamos pagando o preço. Aí algum ambientalista mais moderno pode dizer: “Ora, o Deputado engravatado, bonito, simpático - eu sou muito simpático - está fazendo a defesa da devastação”. Não estou fazendo a defesa da devastação.

Agora, existem regras e leis para serem cumpridas.

Sinceramente, eu quando criança, em 1964, ouvia aquela música da revolução, eu morava no interior, era só por rádio. Parece que estou ouvindo aquela música novamente, porque nunca vi tanta agressividade, nunca vi tanta arbitrariedade. E agora pergunto aos senhores: esses milhares de trabalhadores que estão hoje com sua empresa fechada? Eles não sabem porquê fecharam a sua empresa sob suspeita. Vai ficar 15 dias fechada. Tem um empresário que me disse: “Se eu ficar 15 dias fechado, não pago minhas contas e quebro”. Agora, esse empresário tem direito a cometer crime? Não tem. Disse em todas as rádios lá: aquele que está errando ambientalmente, pare, pelo amor de Deus!

Há de se ter uma intervenção dos Poderes para se ter um equilíbrio. E que esta luta legal, que é correta, democrática, dos dois Ministros, não venha pesar em cima da nossa região, porque eu não encontro consistência ou o porquê disso. Primeiro eu pensava que era para

pegar o Deputado Rossoni. Seria um troféu e tanto! Mas eu vi que não pegaram o Deputado Rossoni. Então, não tem esse troféu. Não vejo e não vi, hoje, na conversa que eu tive com o Governador, nenhuma satisfação do que está acontecendo. Eu o vi sim, erguer o telefone e pedir todas as informações.

Deputado Stephanes com o aparte. Vou concluir, porque quanto menos eu falar, certamente vou contribuir ainda mais, porque cada vez que eu falo parece que a Polícia Federal regimenta mais gente. Parece que lá na nossa região só tem bandido. Quem está me ouvindo sabe que na nossa região tem gente boa, trabalhadora, honesta e que precisa de respeito, do direito de trabalhar.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Deputado, gostaria de me solidarizar com V. Exa., que está coberto de razão. A região de União da Vitória, o Sul do Paraná é a área que mais preservou as matas nativas. Sessenta e cinco por cento de toda a mata nativa do Paraná está naquela região; 39% no Litoral, o resto do Paraná não tem, praticamente, mais nada de mata nativa.

Ou seja, o local onde se preservou, na minha opinião essas pessoas, inclusive foram algumas delas presas, como o Domingos Forte Filho, deveriam receber um prêmio ambiental por terem preservado, ao longo de gerações, essa área, e não serem punidos por isso. Aconteceu muita truculência nesse assunto na região. Infelizmente, mais uma vez, em vez de fazerem ações informativas, ações para valorizar aquilo que é feito, principalmente compensando até os empresários, produtores rurais e pequenos agricultores que preservaram o meio ambiente, foram punidos, na minha opinião, de uma maneira violenta. No momento em que se discute o Código Florestal Brasileiro, onde o Paraná vai ser, junto com Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os Estados mais prejudicados do Brasil.

Olha que eu defendo o meio ambiente, sou a favor da natureza, quero muitas áreas verdes, com pássaros e animais silvestres, mas tem que respeitar a lei. Eles estão dentro da lei, hoje.

Nesse assunto, só espero que realmente não seja uma ação política, porque fui informado que o Minc não foi em função do mau tempo, no final de semana.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Presidente, o Deputado Elio Rusch me concede o horário da Liderança da Oposição.

Com o aparte, o Deputado Felipe Lucas.

O Sr. Felipe Lucas (PPS)

Deputado Rossoni, quando coloca a situação da nossa Região Centro-Sul e, na verdade, preocupante. Há poucos dias nós conversávamos lá, acho, na minha opinião, e não é só a minha opinião pessoal, é a opinião de todas as pessoas que moram lá, disse, e ali tem uma grande descendência de europeus: italianos, alemães,

eslavos, eles praticamente sempre tiveram aquela forma. Hoje temos aí um contingente de portugueses e de todas as raças que estão ali morando. Eles tinham como preocupação que se passasse de família para família.

Eu tenho dito, e disse outro dia, acho que o IBAMA, a Polícia Federal, o IAP, estão no lugar errado. Na verdade, poderíamos mudar de foco. Por que não fiscalizar, talvez, olhar o Sudoeste e o Norte do Paraná? sei que vou falar aqui para alguma plateia, que pode dizer, por quê? Ou o Brasil, São Paulo, Minas Gerais, se lá - vamos ser claro - se é 20%, 20% em todos os lugares! Mas lá estamos vendo hoje que até a araucária. Sei que todo mundo defende, veem como símbolo do Paraná, como uma coisa lógica. Mas será que a araucária é uma coisa só de enfeite? Acho que poderíamos ser sinceros, tem que ter uma compensação. Se fosse compensação, um número "x" por propriedade. É uma região que está pagando um preço que fez a coisa correta, que fez a coisa certa hoje.

Precisamos pensar, não ser truculentos, precisamos que tenham respeito pelas pessoas que moram lá. Seja ele industrial, agricultor, qualquer outra profissão que ele tenha, mas que tenha a sua propriedade com respeito.

Então vejo a sua preocupação, vive lá, conhece, acho que precisamos pensar diferente. Inclusive a Assembleia, as Câmaras Municipais, porque não é justo.

De repente, sei que sou um pouquinho mais velho e participei até naquela época da repressão, era uma coisa parece que menor em proporção do que, às vezes, acontece hoje.

Acho que temos que ter uma união. Essa união o Centro-Sul está pagando por um preço, até agora vinha preservando e essa queixa é geral. Acho que precisamos ajudar a região a se desenvolver mais, investindo.

Agradeço a possibilidade de participar, uno-me a todos da região e inclusive, precisamos que os outros Deputados de outras regiões vejam a região como diferente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o seu aparte, e quero dar uma sugestão aqui a quem se comunica com a população.

Só há uma maneira de provarmos o que estou dizendo aqui: não é com as minhas palavras, é alugar um helicóptero e levar a Comissão de Meio Ambiente para verificar *in loco* onde foram cometidos os crimes e qual é a proporção desses crimes contra as áreas preservadas.

Segundo, além da Comissão de Meio Ambiente, quero fazer um apelo ao Governador: visite a nossa região, Governador. A Secretaria do Meio Ambiente sabe onde ocorreu o crime, vamos visitar o local e o que está preservado.

Além da Comissão de Meio Ambiente, espero que isso não fique no vazio, e quero fazer esse apelo, já fiz esse apelo e não fui atendido ainda. Gostaria de ser atendido pela Comissão de Meio Ambiente. O Presidente da Casa, acho que poderia nos dar as ferramentas para fazer

essa visita, porque se formos de carro, vamos visitar um local ou dois. Se for necessário, vamos dar um jeito de pagar.

Quero fazer um apelo ao Governador, que hoje me contou que comprou um helicóptero novo para fazer essa fiscalização. Acho que é pertinente, importante que o Governador Requião aproveite esse final de semana para visitar a nossa região. Visite os locais do crime, mas visite onde foi preservado.

Quero fazer um apelo à imprensa. É muito ruim, como Parlamentar, estar aqui falando isso: qualquer pessoa um pouco mais fraca, que tenha medo, não viria aqui falar como estou falando. Mas gostaria de fazer um convite aqui à imprensa, que é importantíssima aqui nesse caso, para aí sim, em nome da Associação Comercial e Industrial de União da Vitória e da região, convidá-los. Nós alugamos o helicóptero e gostaríamos que nos acompanhassem. Certamente só ao visualizar a região, ao sobrevoar a região, visitar os locais onde encontraram autoridades cometendo o crime, mas também visitar a região. As Sras. e Srs. Deputados, V. Exas. vão perceber que o remédio está mais forte do que a doença, e vão matar o paciente por excesso de remédio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Sr. Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, inicialmente gostaria de falar de um requerimento que apresentamos na tarde de ontem, endereçado à COPEL. Gostaria que o Líder do Governo fizesse, devido à gravidade das denúncias feitas aqui pelo Deputado Luiz Carlos Martins, que encaminhou posteriormente ao meu gabinete, inclusive, até essa audiência do seu programa, porque ele deu o número do meu gabinete e centenas de ligações foram recebidas no meu gabinete dando conta de que a COPEL cometeu um erro na emissão das faturas. Não sei se ela diretamente, ou uma terceirizada, mas o fato é que ela tem responsabilidade solidária.

Estamos fazendo um pedido na qualidade de Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, não deu tempo para reunir a Comissão, estou convocando esta responsabilidade e perguntando o método utilizado pela COPEL para o cálculo, se o serviço da quantia de eletricidade é feito por ela ou por uma terceirizada. Em caso de ser terceirizada, uma cópia do contrato e também da licitação. E também sobre a possibilidade de erro.

Eu gostaria, se o Líder do Governo pudesse, enviar tão logo seja aprovado, via fax, para o Presidente da COPEL, porque a última pergunta é muito pertinente, que é um caso de cobrança realizada a maior, como a empresa ressarcirá os consumidores. Esta resposta é que efetivamente interessa para esta comissão.

Tenho certeza de que a COPEL sabe das suas obrigações, e se caso ela esquecer, levaremos a termo e cumprimos o nosso papel, não só atendendo às denúncias levadas ao conhecimento do Paraná pelo Deputado Luiz Carlos Martins, mas também em relação a centenas de comunicados que recebemos.

Por fim, entro num assunto delicado, Sr. 1º Secretário, de fato e de direito, de fato o Deputado Ademir Bier, de direito o Deputado Alexandre Curi; nossa 2ª Secretária Deputada Rosane Ferreira, que é em relação à ocupação do cargo de Deputado pelo PSB nesta Casa. Tenho certeza de que tanto o Presidente quanto a Mesa Executiva não têm o poder e não vão se pautar por qualquer comunicado, seja do partido, seja de quem pleiteia a vaga, até porque a Assembleia Legislativa não diz o direito e não tem o poder de decisão. Quem diz quem é ou não que vai assumir a vaga, efetivamente é a Justiça Eleitoral. E para tanto, eu na qualidade de Líder do PSB nesta Casa, até não fiz nenhum comentário a respeito da renúncia do ex- Deputado Fernando Ribas Carli Filho, porque a renúncia é um ato pessoal. E como tanto, não me compete qualquer tipo de comentário.

Em relação ao seu processo, que corria no partido, também deixou de ter objeto, em virtude de sua desfiliação. Mas, em relação a esta vaga, tenho que comunicar principalmente à sociedade do Estado do Paraná, que o PSB não coligou com ninguém na eleição de 2006. O PSB caminhou sozinho na eleição proporcional para Deputado Estadual. Portanto, não há dúvida se seria de outro partido, não persiste, porque não coligamos.

Uma dúvida que alguns membros da imprensa me perguntaram: o Mário Roque assumiu no final do ano. Acontece que no dia 10 de março de 2009, neste ano, o Tribunal Superior Eleitoral, através da Resolução nº 23017, diz que em relação a suplente, quem decide é uma matéria *interna corporis* do partido, porque a Justiça Eleitoral se pronuncia sobre perda de mandato e suplente não tem mandato.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PRB/PSB/PV

Assim sendo, no dia 11 de maio deste ano, uma data que tanto o Wilson Quinteiro quanto Mário Roque estavam na condição de suplência, porque o Deputado Fernando Ribas Carli Filho era o titular do mandato, o partido, através da Resolução nº 04/09, deliberou que a condição de 1º suplência - não é a vaga, porque na época a vaga era fictícia - a condição de 1ª suplência era de Wilson Quinteiro, porque permanecia no partido, já que o Sr. Mário Manoel das Dores Roque optou em se filiar ao PMDB em 27 de março de 2007.

É lógico que sabemos que essa resolução do partido não é o que vai pautar o Tribunal Regional Eleitoral para dizer quem é o suplente, mas acreditamos que haverá uma coerência com a resolução do Tribunal Superior Eleitoral, que diz que a questão de suplência é uma

questão *interna corporis*, e quando deliberamos, tanto o Mário Roque quanto o Wilson Quinteiro eram suplentes, e tanto o Tribunal foi comunicado, como esta Casa foi comunicada. É lógico que esse comunicado não tem força nem de pedir e nem de exigir nada. A Mesa Executiva desta Casa sabe perfeitamente como deve conduzir. O que estamos comunicando, de uma maneira oficial pela liderança do partido, é do que efetivamente competia ao partido fazer, que era baixar uma resolução dizendo, até por coerência, que a vaga de 1º Suplente é de Wilson Quinteiro, isso em consonância com o que diz essa resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

Então, é tão-somente isso que compete ao partido. Não compete ao partido exigir, nem pleitear, assim como também à Mesa Executiva não compete qualquer juízo de valor, mas vai se ater rigorosamente ao que comunicará a esta Casa a Justiça Eleitoral. O fato é que a Justiça Eleitoral já foi comunicada, e tenho em minhas mãos uma certidão emitida hoje pelo bacharel Ivan Gradoski, dando conta exatamente disso que acabei de falar aqui, que o PSB, através da resolução nº 004/09, comunicou à Justiça Eleitoral e registrou que a condição de 1º Suplente, com base na resolução de 10 de março de 2009, do Tribunal Superior Eleitoral, é de Wilson Quinteiro.

Com um aparte o Deputado Stephanes Júnior.

O Sr. Stephanes júnior (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Reni. Sou do PMDB e não falo em nome do partido. O Mário Roque hoje é filiado ao PMDB, mas apenas por ser o 1º Suplente e por ter feito, na eleição, perto de 37 mil votos, sendo que o Wilson Quinteiro fez menos votos do que ele e ele mudou antes da lei ser alterada, mas não vejo como a ordem possa ser invertida, primeiro pela questão legal da mudança ter sido após a decisão do Supremo - quem mudou perde o seu mandato - e segundo porque ele já assumiu, inclusive quando você se licenciou na sua vaga e já estava no PMDB. Isso é muito difícil. É claro que o partido tem que buscar aquilo que acha correto, aquilo que acha que merece ou faz jus, mas não vejo como. Acho que nesse caso o ex-Prefeito Mário Roque, de Paranaguá, é detentor da vaga.

Muito obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Também não quero aqui entrar no acho ou na minha opinião, até porque comungo de uma amizade com o Mário Roque, que inclusive assumiu aqui quando eu pretendia fazer uma cirurgia, sendo que não passei nos exames pré-operatórios e posteriormente fiz essa cirurgia, mas o fato é que essa resolução é de 10 de março deste ano, e até 10 de março deste ano nem a Justiça Eleitoral sabia se quem tinha que se pronunciar sobre a suplência era o partido ou era a Justiça, tanto é que ela foi bem clara, dizendo que a Justiça Eleitoral só se pronuncia e julga casos de extinção de mandato e casos de expectativa de mandato, que é o caso de suplência, através dessa

resolução deste ano, que é posterior à posse do então suplente Mário Roque, que deu essa condição ao Partido, de internamente decidir quem é o 1º Suplente.

Concedo um aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Reni, em relação a essa questão que envolve quem é o suplente que deve assumir, seja o Mário Roque ou o Wilson Quinteiro, por óbvio o Presidente da Casa, Nelson Justus, tomou, na minha avaliação, a medida correta, de consultar efetivamente a Procuradoria Jurídica, que com base nas informações do Tribunal Regional Eleitoral, vai fornecer os fundamentos para que não possamos errar nisso e convocar um suplente, sendo que outro é que tem o direito de assumir.

Cada um de nós tem um entendimento, o Deputado Stephanes tem um entendimento que é parecido com o meu, mas quero dizer que isso é um tema que efetivamente o Presidente Nelson Justus, na minha avaliação agiu da forma mais correta possível, como tem agido com prudência nesse tema.

Mas eu queria dizer a resposta da COPEL de forma objetiva às suas indagações. Se V. Exa. me permitir já lhe dou isso, porque a COPEL tem uma explicação muito objetiva, porque os consumidores de algumas regiões de Curitiba e de alguns Municípios próximos, no total de 673 mil unidades consumidoras, cerca de 25 mil contas de luz, ou seja, numa área de abrangência de 673 mil unidades consumidoras, lidas e faturadas todos os meses na Capital, 25 mil foram emitidas com o acúmulo do consumo anterior, porque nos meses anteriores elas foram lidas pela média, por conta do comportamento que uma das empresas contratadas por procedimento licitatório teve na realização da leitura da parte dos medidores do consumo desses 25 mil consumidores.

Muito bem, resumindo a história, Deputado Reni, o que a COPEL está fazendo? A COPEL identificou o problema, ciente dessas ocorrências vem reavaliando individualmente, inclusive as que já foram quitadas, e substituindo-as, a companhia está entrando em contato com os consumidores para explicar a situação e também apresentar desculpas pelo transtorno, pois reconhecer o inconveniente que uma falha dessa natureza possa ter causado no cotidiano dos consumidores. Aí retoma o ciclo regular de leituras mensais dos medidores de consumo. A COPEL entende que o problema vai estar definitivamente sanado.

Só para V. Exa. saber, tem consumidores que durante três meses receberam a conta de luz zerada, e nem por isso foram reclamar, e obviamente depois receberam a conta para pagar. Isso aconteceu, outros receberam pela média e veio o acréscimo do consumo do mês de verão, por conta inclusive da utilização de aparelho de ar-condicionado e outras coisas mais. São cerca de 25 mil, a COPEL já tomou todas as medidas, reconhece publicamente que houve efetivamente uma conduta errada da empresa contratada, já tomou as medidas legais

previstas e tomou as medidas com base inclusive nas denúncias que foram formuladas.

Essa é uma informação, Deputado Reni, que me foi enviada pelo Presidente da COPEL, Rubens Ghilardi, que de uma forma muito objetiva tomou as providências que foram necessárias. Nós sabemos o quanto a COPEL prima pela quantidade, pelo consumidor. Temos a tarifa mais barata do Brasil e efetivamente o consumidor tem que ser tratado com o respeito que merece.

Agora, infelizmente, não temos como controlar 100%, e identificado o problema, a COPEL toma as providências no sentido de resguardar o direito do consumidor, porque claro, ele trata cada um dos seus usuários como consumidores, e o Código de Defesa do Consumidor é muito claro em relação ao tratamento que ela deve dar para cada um dos consumidores, e é isso que ela vai fazer, aplicar o Código de Defesa do Consumidor na sua integralidade.

Obrigado pela oportunidade de poder prestar aqui esses esclarecimentos.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Deputado Romanelli, se efetivamente esse valor corresponde a uma dívida passada, ela gerou um transtorno aos consumidores, e como tanto, alguém vai ter que ser responsabilizado. Por isso que se V. Exa. conseguir essas respostas oficialmente por parte da COPEL, é muito importante para que esses transtornos sejam efetivamente imputados, quer seja a terceirizada, quer seja a COPEL, porque a denúncia de alguns consumidores é que não deviam. Se efetivamente eles deviam essa cobrança atrasada da COPEL, gerou um transtorno e quem quer que seja a empresa que foi contratada para isso negligenciou, e para tanto tem responsabilidade. Assim como o consumidor paga multa quando atrasa, essa empresa também vai ter que pagar multa em relação ao atraso de sua cobrança.

Em relação a essa questão do Sr. Mário Manoel das Dores Roque e Luiz Quinteiro, digo que também não tomo parte, mas tomo parte na qualidade de líder do partido, e é lógico que tenho que defender o interesse do partido e aquele que permanece filiado. Mas não faço nenhum juízo de valor. Somente tornei público face às perguntas da imprensa e também a essa certidão emitida agora há pouco na Justiça Eleitoral do Paraná. Tanto esta Casa quanto nós esperamos que a Justiça decida. Caso a Justiça decida contra ao que estipulou o TRE na Súmula 23017, aí sim restarão algumas providências novas para o PSB. Mas, por enquanto, o partido não negligenciou, em nada, em respeito ao seu direito de ter aqui nesta Casa mais um Parlamentar, já que não coligou com ninguém.

Por último, quero aqui completar a informação do Deputado Elton Welter, que comemora o empate técnico da Dilma com o Serra, e dizer nós também comemoramos, porque o Ciro Gomes está empatado com a Dilma. Isso é muito positivo, até porque o Deputado Ciro Gomes está longe dos holofotes e vem se mantendo nas pesqui-

sas muito bem, inclusive sendo um candidato muito bom para quem quer uma terceira via em 2010 no cenário nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, peço a V. Exa. que determine a juntada dos dois projetos do item 8 e do item 9, pois nenhum dos dois consta no anexo aqui.

Muito obrigado.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni e todos os Parlamentares que o apartearam, no que diz respeito a uma ação que acontece no dia de hoje na Região Sul do nosso Estado. Eu não conheço a realidade da Região Sul, mas conheço inúmeras empresas que trabalham no setor madeireiro ali na região de União da Vitória.

Olha, num momento de crise que atravessa o Brasil e o mundo, momento de baixa do dólar, no momento de crise que vivem as indústrias madeireiras do nosso País e também a indústria de carnes, porque a exportação das madeiras e de carne tem praticamente levado as empresas à falência. Essa é a verdade. Se não bastasse, Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, esse desequilíbrio que temos hoje em relação ao câmbio, a supervalorização do real, a desvalorização do dólar, que prejudica sobremaneira os exportadores do nosso País, em particular o setor madeireiro e o de carne, como já disse, vem essa ação da Polícia Federal prender as pessoas, lacrar as empresas.

Num momento de crise, momento que se ouve que todas as empresas estão demitindo no nosso País e no mundo, quer dizer, aqui no Paraná ainda permitimos que os agentes venham lacrar as empresas, como disse o Deputado Valdir Rossoni com muita propriedade. O momento é de facilitar para que possamos gerar empregos, mas não destruir a natureza, não destruir o meio ambiente. E é isso que não está acontecendo, conforme relato do Deputado Valdir Rossoni.

Ora, já questionamos e falamos muito aqui na Casa, em outros lugares, em Audiências Públicas, já participamos de reuniões em Brasília sobre o Código Florestal Brasileiro. Há necessidade, sim, da mudança do Código Florestal Brasileiro, Deputado Durval Amaral. Claro que é necessário. Não podemos inviabilizar a atividade econômica do pequeno e do miniagricultor do Estado do Paraná e do Brasil, e nem o grande.

Lógico que precisa ter algumas adaptações. ninguém quer derrubar mato. Pelo contrário, os agricultores, e acredito que o setor madeireiro, aqui do Sul do nosso

Estado, preservam, como disse o Deputado Rossoni, e volto a dizer. Quer dizer, as pessoas plantaram e têm o direito, sim, de colher. Agora, se há depredação, se há destruição, se há derrubada de mata, sem autorização, vamos punir os responsáveis! Agora, não vamos prejudicar uma atividade econômica. Não vamos prejudicar as indústrias, as empresas que geram emprego, que geram desenvolvimento, que geram impostos para o nosso Estado. Não dá para admitir que isso venha a acontecer.

Olhe, se não bastasse tudo isso, as declarações recentes do próprio Governador do Estado do Paraná, quando ele, numa das suas manifestações, disse que o Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, que o Senador Osmar Dias e que o Deputado Lupion eram devastadores, depredadores da natureza, ora, não é concebível que quem defende o meio ambiente, mas que seja compatível com o desenvolvimento, com sua atividade agrícola, seja tachado de devastador!

No dia de hoje, até indo na mesma esteira do Deputado Valdir Rossoni, quero fazer questão de, ao menos, ler alguns manifestos que saíram, esta semana, em relação às declarações do Ministro do Meio Ambiente, o Sr. Minc. Já houve um desentendimento entre o Ministro do Meio Ambiente e o Ministro da Agricultura, por causa da questão ambiental em nosso País.

Lógico que o Ministro Reinhold Stephanes não quer que derrube o mato. Pelo contrário, ele quer que preserve, mas o Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, junto com os outros Deputados e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional, defendem o meio ambiente, mas não querem acabar com a atividade econômica do agricultor, principalmente do pequeno e do mini-agricultor. Não é possível que o Ministro do Meio Ambiente, Srs. Deputados, faça declarações como as que ele fez no último dia 27, semana passada, em relação àqueles Deputados e Senadores que defendem uma mudança no Código Florestal Brasileiro.

O CNA - Conselho Nacional de Agricultura, também não ficou de fora e vou ler o manifesto e, ao menos, o que está escrito no site da própria FAEP e do Conselho Nacional de Agricultura. Nós só esperamos que, após a Comissão de Ética do Governo Lula ter recebido esta denúncia da Confederação Nacional de Agricultura, sejam tomadas as devidas providências. O manifesto diz o seguinte:

(Lê):

CNA denuncia ofensas de Minc à Comissão de Ética do Governo.

Não ficaram sem resposta as ofensas do Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, aos agricultores brasileiros. Vigaristas, vampiros e capetas. Esses foram alguns dos adjetivos usados por Minc em cima de um trio elétrico, em Brasília, ao atacar representantes do setor agropecuário e produtores que não se enquadram na agricultura familiar.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) decidiu fazer denúncia pública contra o Ministro à Comissão de Ética do Governo Federal.

Parlamentares igualmente atacados por Minc - além dos xingamentos já citados, ele chamou integrantes da Bancada Ruralista de chantagistas e "turminha rica" - decidiram convocar o Ministro para se explicar. "Aprovamos a vinda do Ministro Minc para que ele venha aqui mostrar o que ele pensa, mas com dados", disse o Deputado Valdir Collato (PMDB-SC), da Comissão Especial de Monitoramento da Crise Econômica da Câmara. "E aí vamos ver quem é vigarista", completou Abelardo Lupion (DEM-PR).

O Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, reagiu em defesa dos produtores. "Absoluta falta de conhecimento da realidade ou agressão desnecessária", foi como classificou as palavras do colega. Stephanes disse que na Região Sul, com grande força dentro da Bancada Ruralista, cerca de 90% das propriedades têm menos de 50 hectares e, portanto, se enquadram entre as pequenas. "Esse debate tem que ser racional, com equilíbrio e com fundamentação técnico-científica. E tem que ser feito com conhecimento da realidade", respondeu Stephanes.

A nota oficial da Presidente da CNA, Kátia Abreu, em resposta aos ataques do Ministro do Meio Ambiente: "Por cultivar a convivência respeitosa com os Poderes da República, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) vem a público pedir a atenção da sociedade para os seguintes pontos:

1) rompendo os limites da civilidade, desrespeitando as regras elementares da convivência democrática e assumindo os riscos de responder por suas afirmações difamatórias, o Ministro Carlos Minc tentou desqualificar os produtores rurais do Brasil;

2) em um momento de dificuldades econômicas como este, em que o País sabe que pode contar com os produtores rurais, é profundamente lamentável que um integrante do Governo desrespeite gratuitamente quem produz e luta contra a crise que está corroendo o emprego e a vida das pessoas;

3) a construção de um Brasil ecologicamente responsável está sendo buscada pelo consenso. Ofensas e palavrões são intoleráveis. A sociedade brasileira não merece ser submetida a tais constrangimentos. O Presidente da República, que tem em sua história passagem marcante pelo sistema sindical, certamente saberá avaliar e tomar as medidas cabíveis para conservar o ambiente democrático e republicano;

4) a CNA levará à Comissão de Ética do Governo Federal denúncia pública contra Carlos Minc, por considerar que seu ato é inaceitável. Um funcionário público, que usa o posto que lhe foi confiado pelo Presidente da República para desconstruir toda e qualquer ponte em direção ao diálogo com a classe produtiva, deve responder pelos seus atos em todas as instâncias;

5) a CNA e os produtores rurais do Brasil manifestam sua admiração, seu respeito e sua solidariedade aos Parlamentares que representam a agropecuária no Congresso Nacional e que também foram agredidos publicamente;

6) os produtores rurais reafirmam ao País o compromisso com a preservação ambiental e com a manutenção da produção de alimentos. Lembram ainda que nas democracias, Presidentes da República, Ministros e demais autoridades, debatem e buscam o consenso sobre os assuntos de interesses da sociedade. O que não se admite, e não se pode admitir, é que o Ministro do Meio Ambiente tente camuflar a solerte intenção de estabelecer o confronto no setor rural brasileiro, mostrando-se desqualificado para o cargo que ocupa”.

O que disse o Ministro Carlos Minc:

As críticas do Ministro Carlos Minc foram feitas no aniversário de um ano dele à frente do Ministério do Meio Ambiente, “comemorado” em cima de um trio elétrico e com discurso para uma plateia de 3 mil trabalhadores rurais, reunidos no “Grito da Terra”. Na ocasião (27/05/09), Minc anunciou que questões ambientais e trabalhistas passarão a ser levadas em conta como critério para desapropriação de terras destinadas à reforma agrária.

Veja trechos da fala de Minc:

“Não podemos cair no canto da sereia. Fingem que são amiguinhos de vocês. Amanhã vão pedir para parar a reforma agrária, o crédito para a agricultura familiar. Não confiem nesses vigaristas! Estão querendo usar vocês contra o meio ambiente, quando a boa aliança é entre o ambientalista e a agricultura familiar - disse, do alto de um carro de som e com o boné da CONTAG, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura.

“Essa turminha rica polui rios e fala como se representasse pequenos agricultores”. “A boa aliança é com o meio ambiente, com a preservação. Os ruralistas encolheram os dentes de vampiro, o rabinho de capeta e agora fingem defender a agricultura familiar. É conversa para boi dormir. Não se deixem enganar. Não é a CNA-Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, que fala em nome da agricultura familiar, é a CONTAG e outros movimentos sociais”.

Ora, estas são as palavras ditas pelo Ministro do Meio Ambiente. Não é admissível, não é concebível que nós, que somos também ruralistas, defendemos o meio ambiente como o ex-Secretário do Meio Ambiente, Deputado Cheida, que tem participado de debates, tantos Parlamentares, não é possível que o Ministro, Deputada Rosane, venha fazer essas afirmações e querer radicalizar num momento que temos que achar uma solução que possa conviver com o meio ambiente, mas com atividade econômica da agricultura.

Neste tempo que me resta ainda, Sr. Presidente, faço questão também de ler, para que fique registrado nos

Anais da Casa, a nota de repúdio da FAEP ao Ministro Minc.

(Lê):

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, repudia veementemente os insultos proferidos pelo Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, contra a Bancada Ruralista no Congresso Nacional e contra os produtores rurais em geral.

Não sabe o Ministro que a grande maioria dos produtores rurais brasileiros, e em particular do Sul do País, são pequenos ou médios agricultores. No Paraná, por exemplo, 85% das propriedades têm até 50hectares. O Código Florestal atinge a todos com suas exigências absurdas, que lhes subtraem uma substancial área de produção, o que significa perda de renda.

Ao defender mudanças no Código Florestal, as instituições que representam os produtores e os Parlamentares da Bancada Ruralista estão lutando por dar um sentido racional à legislação ambiental, sem ferir o meio ambiente, mas dando condições para a redução agropecuária.

O Ministro Minc cometeu um deslize muito sério para o cargo que exerce e que merece reparação.

Ágide Meneguette

Presidente

Ora, Srs. Parlamentares, encerro o meu pronunciamento, já que meu tempo está esgotado, mas só deixar um alerta: é necessário sim, Srs. Deputados, preservar o meio ambiente, mas sem querer inviabilizar a atividade econômica dos nossos agricultores, e muito menos permitir que forças-tarefas venham fechar empresas no nosso Estado, gerando com isso desemprego, diminuindo a receita, por consequência, do Estado e também dos Municípios.

Seria, estas as colocações. Agradeço, Sr. Presidente, e espero que os órgãos competentes que dizem que militam na questão do meio ambiente, e aqui devo reconhecer o trabalho do Presidente do IAP, Vitor Hugo, que tem participado em diversos debates conosco, ao menos tem assumido o compromisso com a classe rural, com os agricultores, que por enquanto não se toma nenhuma medida até que se discuta a questão ambiental lá em Brasília, mesmo porque o decreto que dizia que os agricultores tinham que averbar seus 20%, foi prorrogado até o dia 12 de dezembro e o Congresso, neste momento, está votando a questão ambiental.

Por esta razão, nós aqui na Assembleia Legislativa estamos de acordo com que seja descentralizado e que os Estados possam legislar sobre a questão ambiental em todos os Estados da nossa Federação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Osmar Bertoldi.

Deputado Osmar Bertoldi (DEM)

O SR. OSMAR BERTOLDI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, venho a esta tribuna para parabenizar o trabalho do Vice-Governador Orlando Pessuti, do Prefeito Beto Richa, do Secretário Luiz de Carvalho, que está encarregado da articulação do processo da Copa do Mundo; parabenizar o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Nelson Justus; o 1º Secretário Alexandre Curi, porque entendo que toda essa vitória da Copa do Mundo estar hoje oficialmente na Cidade de Curitiba, se deve a um trabalho em conjunto do Governo do Estado, da Câmara Municipal de Curitiba, da Prefeitura Municipal, dos seus técnicos, em especial os técnicos do IPPUC, que juntamente com o Governo do Estado e com técnicos do Governo, fizeram um trabalho maravilhoso de defesa da entrada de Curitiba como uma das subsedes da Copa do Mundo.

E o que venho propor aqui hoje é algo de suma importância para esta Casa. Conversando com o Presidente Nelson Justus, falávamos sobre a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná ter também uma comissão especial para acompanhamento dos trabalhos da Copa do Mundo.

Hoje, já se tem constituído uma comissão de trabalho da Prefeitura Municipal de Curitiba, uma comissão que articula junto ao Governo do Estado todas as questões ligadas à Copa do Mundo; temos também uma comissão especial na Câmara Municipal de Curitiba, e nada mais justo do que esta egrégia Casa também participar de um processo que, ao meu ver, irá, em especial, revolucionar um conjunto de obras à Cidade de Curitiba, mas também ao Estado do Paraná.

Quando se tem um evento desta magnitude, é bem provável que Curitiba e outras Cidades do Estado do Paraná, que muitas pessoas porventura não a conheçam, passarão a conhecer graças a esse grande evento.

Mas, o evento da Copa do Mundo tem uma data marcada, é em 2014. O evento passa e a Cidade fica, e temos que neste momento acompanhar esse conjunto de obras que somam um total de mais de 4 bilhões em investimentos, sejam de obra de infraestrutura, sejam investimentos para capacitação de pessoas, sejam, muitas vezes, investimentos que dizem respeito à adaptação de um evento como esse em torno do estádio do Atlético.

Sinto-me bastante à vontade para falar neste tema, até porque muitas pessoas brincam comigo, para que time eu torço, e digo: torço para o time da nossa Cidade, o time do nosso Estado. Apesar de gostar muito de futebol, de gostar muito de esporte, não tenho o hábito de torcer pelo time A ou B. Posso tratar do assunto sem a paixão que o futebol traz aos torcedores. Até porque isso já é matéria vencida, todos sabemos que se entendeu que o melhor estádio para a realização deste grande evento é o estádio do Atlético, fruto de investimentos feitos a posterior, e por entender que é o estádio da nossa Capital que

necessita de menor investimento para poder realizar os jogos da Copa do Mundo.

Mesmo assim, a FIFA estabelece um caderno de encargos, no qual são necessários um conjunto de obras em torno do estádio mudando drasticamente o perfil dos bairros adjacentes do Estado, num raio de dois quilômetros, com acessibilidade, com placas bilíngues para que possamos nos enquadrar nos padrões internacionais de turismo. E para se ter uma ideia da magnitude disso tudo, temos envolvidos no processo o Governo Federal; o Governo Estadual, envolvido com aporte de recursos em diversas Secretarias; e temos a Prefeitura Municipal, também envolvida por diversas Secretarias. Existem obras já contratadas, com financiamentos aprovados.

Na verdade, o que pretendemos aqui é estabelecer uma agenda positiva de trabalho, no sentido de que esta Casa possa colaborar, agilizando e articulando politicamente, no sentido de que recursos provenientes de diversos órgãos do Governo, seja Federal, Estadual ou Municipal, todos nós aqui temos relacionamento, somos seres políticos e podemos auxiliar os técnicos, sejam do Governo Estadual, sejam do Governo Municipal, sejam pessoas envolvidas, entidades da sociedade civil, para que possamos realizar esse grande evento em nossa Cidade.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de lamentar e externar os nossos profundos sentimentos à família do nosso amigo em comum, seu amigo, amigo dos Deputados Osmar Bertoldi, Reinhold Stephanes Júnior, Alexandre Curi: Raul Trombini, que faleceu ontem. Uma pessoa extremamente querida por todos os curitibanos.

Eu encontrava semanalmente o Raul num dos clubes aqui da Cidade que eu frequento. Um homem muito educado, muito gentil, em que pesasse ser uma pessoa de posses e uma pessoa extremamente importante no cenário empresarial. É alguém que deixa sua marca de humildade, de gentileza. E tenho certeza que todos os Deputados se somarão, dentro de 10 ou 15 dias, em uma homenagem conjunta para que fique preservada na história do Paraná a memória deste que foi um grande empresário, um grande homem de família e um grande desportista, inclusive fundador do Paraná Clube aqui na Cidade de Curitiba.

A família Trombini, que está enlutada, aceite as nossas condolências, em meu nome e em nome de todos os Deputados, alguns que talvez não conhecessem pesso-

almente o Raul Trombini, mas com certeza tiveram notícias da sua trajetória de vida, que foi uma trajetória exemplar.

Sr. Presidente, alguns assuntos me trazem à tribuna hoje, mas não posso deixar de abordar o pronunciamento do Deputado Osmar Bertoldi. Eu, na verdade, tinha um requerimento pronto também tratando deste assunto, mas me parece que a ideia do Deputado Osmar Bertoldi é melhor do que a minha. A minha ideia é de que se criasse na Assembleia uma comissão provisória, comissão especial até o ano de 2014, de fiscalização dos recursos públicos que serão enviados para o Paraná, para a Cidade de Curitiba e para os Municípios da Região Metropolitana, por esta decisão de que Curitiba seja uma das sedes da Copa do Mundo.

Na verdade, acho que a sua ideia é melhor do que a minha, e vou apoiá-la, Deputado Osmar Bertoldi, porque a sua comissão é mais ampla, ela não vai tratar apenas da parte de fiscalização, irá tratar também do apoio que a Assembleia pode dar para viabilizar os projetos, para gestionar inclusive junto aos órgãos públicos, as inúmeras licenças ambientais que forem necessárias.

Acredito que o senhor saiba que o PAC do Governo Federal está bastante atrasado, com menos de 2 ou 3% de suas obras iniciadas, devido a problemas de licenciamento ambiental.

Talvez seja um dos grandes desafios que vamos ter aqui no Paraná para viabilizar todas essas obras que estão sendo anunciadas devido essa conquista de Curitiba como sede da Copa do Mundo.

Na verdade é importante que se faça justiça e enalteça-se aqui a desenvoltura do Prefeito da Capital, o Beto Richa; o Vice-Governador Orlando Pessuti, que lutaram e trabalharam muito para que Curitiba pudesse ser uma das subsedes da Copa do Mundo. É importante lembrar, Deputado Alexandre Curi, que esse trabalho de conscientização com relação a FIFA e com relação também a CBF para que Curitiba pudesse fazer parte desse calendário esportivo internacional, começou durante o Governo Jaime Lerner.

Eu mesmo me recordo de, junto com o Jaime Lerner, ter almoçado aqui em Curitiba, no ano 2000, com dirigentes da FIFA e com o Presidente da CBF, Ricardo Teixeira. Na oportunidade foram apresentadas e elas várias vantagens que Curitiba poderia apresentar como subsele da Copa do Mundo. Na época pleiteava-se essa participação na Copa de 2006, que acabou infelizmente não vindo para o Brasil. Mas, agora teremos a Copa de 2014. Acredito que será um grande evento, muito importante para desenvolver o turismo da nossa Cidade.

O turismo de eventos é o turismo que mais cresce em todo Mundo. O potencial turístico do Paraná é um potencial imenso. Temos lá em Foz do Iguaçu, terra dos Deputados Dobrandino, Chico Noroeste e Reni Pereira, uma das maiores atrações naturais turísticas do Brasil, que são as Cataratas do Iguaçu. Temos lá também uma

outra atração, que é também turística, a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Temos no Paraná inteiro uma série de pólos de turismo gastronômico, como é o caso da Toledo, do nosso Deputado Duílio Genari, que recebe centenas e centenas de turistas naquela Festa do Porco no Rolete. Pessoas do Paraná inteiro, e até de outros Estados do Brasil, vão para Toledo durante a Festa do Porco no Rolete. Assim como vão para Campo Mourão, Deputado Douglas Fabrício, na Festa do Carneiro no Buraco.

Temos um Litoral no Paraná de pouca extensão territorial, mas que tem o Parque do Superagui, que tem a ilha do Mel, que recebe turistas o ano inteiro, inclusive de São Paulo e de Porto Alegre. Temos as cidades históricas de Paranaguá, de Antonina e de Morretes. Temos a baía de Guaratuba, que é uma das baías mais belas que existem. Temos a Vila Velha, do nosso Deputado Jocelito Canto, que aliás, já em 1999, quando eu era Secretário de Esporte e Turismo do Paraná, era um cobrador firme para que o Governo fizesse algumas revitalizações lá no Parque de Vila Velha.

O senhor deve se recordar que eu estive sempre ao seu lado naquela luta. Seja justo comigo, Deputado Jocelito Canto. Infelizmente, no ano 2000, deixei a Secretaria de Esporte e Turismo para concorrer à reeleição de Vereador, até porque não me arriscaria permanecer Secretário de Estado sem um mandato eletivo. Acho que o Secretário que tem mandato eletivo tem mais tranquilidade para que, às vezes, possa dizer não, com mais firmeza, para o Governador, quando se faz necessário. Às vezes quem faz parte de um Governo tem que dizer alguns “nãos maiúsculos” também para o Governador.

Acho importantíssima essa ideia, vou apoiar a proposta que foi apresentada aqui pelo Deputado Bertoldi de criar essa Comissão da Copa do Mundo. Quero pedir ao meu partido, ao líder Duílio Genari, para que eu seja indicado para fazer parte dessa comissão e possa contribuir um pouco com esse assunto, já que temos uma larga experiência na realização de grandes eventos aqui na Capital.

Promovemos aqui o evento ABAVE 99, em Curitiba, que foi um divisor de águas no turismo do Paraná. Na época vieram para a Capital do Estado 18 mil pessoas de mais de 60 Países. Conseguimos colocar quase 8 mil pessoas jantando simultaneamente na Pedreira Paulo Leminski e durante o evento ABAVE inserimos Curitiba definitivamente no Calendário Nacional de Turismo, Eventos, Negócios, Feiras e Seminários.

Hoje temos na Região Metropolitana um grande pavilhão, o Expotrade Pinhais, que pertence ao Ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos - o empresário João Carlos Ribeiro, que é administrado pelo Nelson Boduan. O Expotrade Pinhais é o local que pode, durante a Copa do Mundo, sediar seminários, feiras, e tenho plena convicção que a Copa vai gerar muitos empregos e muito desenvolvimento para Curitiba. Temos que ter uma fiscalização extremamente rigorosa para que não acon-

teça na Copa do Mundo o que aconteceu nos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro.

Houve um festival de desvios do dinheiro público nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro. Foi uma vergonha o que aconteceu no Rio de Janeiro. Não queremos que aconteça em Curitiba e no Paraná. Não acredito que vai acontecer, porque tanto o Vice-Governador Orlando Pessuti, que está representando o Governo nisso, quanto o Prefeito Beto Richa, são pessoas que considero honestas, pessoas corretas.

É importante que haja fiscalização e cabe, sim, a esta Casa Legislativa, fiscalizar os investimentos públicos que serão feitos no Paraná e na Capital do Estado, por ocasião da Copa do Mundo.

Quero dar o aparte ao nobre Deputado, companheiro de partido e que sempre apoiou o esporte. Estive juntos em Londrina, trabalhando com o esporte quando o senhor era Prefeito de Londrina, Deputado Belinati. Peço que o senhor refresque a minha memória, se era Pré-Olímpico de Futebol ou Pan-Americano que nós fizemos em Londrina, porque um foi em Londrina e outro foi em Foz do Iguaçu durante a nossa gestão na Secretaria de Esportes.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

O senhor tem uma memória fantástica e está de parabéns pelo seu pronunciamento.

Dentro da preocupação de V. Exa. com a Copa, é que hoje pela manhã estava conversando com o Deputado Alexandre Curi e estávamos na mesma linha de pensamento sobre a Copa do Mundo. É uma coisa fantástica a Copa do Mundo no Brasil. Já teve a Copa do Mundo em 1950 em Curitiba, quando o estádio da Vila Capanema, naquela época, era considerado um dos mais modernos do País. Ainda hoje o estádio, para os padrões atuais, não é considerado moderno, mas há 59 anos aquele estádio foi considerado o mais moderno. O que estava conversando com o Deputado Alexandre Curi é que Copa é bom, é prosperidade, parece que vai chover dinheiro para fazer tanta obra no Brasil, tem estádio que vai gastar 200, 300 milhões, só no estádio!

Estava conversando com o Deputado é que aquele povo estava lá, debaixo de chuva, comemorando a Copa, aqueles coitados, a maioria não vai ter acesso à Copa do Mundo, porque o ingresso é muito caro. Copa do Mundo, basicamente, a maior parte do torcedor que vai assistir aos jogos, geralmente não é torcedor. É um turista. É um brasileiro que sai daqui, vai à Copa lá na Coréia, no Japão, do outro lado do mundo, mas que tradicionalmente e historicamente não comparece a um jogo de quarta-feira, de quinta-feira, de sábado ou de domingo. Muitas vezes nem tem time para torcer. É uma pena, o verdadeiro torcedor, aquele que mais tem paixão pelo futebol, infelizmente, o que acaba acontecendo? Eles ficam tão alegres porque a Copa vem para o Brasil, mas não vai ter dinheiro para comprar o

ingresso, porque é caríssimo. O ingresso vai custar a preço de dólar e só gente da classe média-alta para cima é que vai poder estar no estádio. É uma pena. Lamentamos isto. Não é só em relação à Copa de Curitiba, mas tradicionalmente ocorre em todas as Copas do Mundo.

Muito obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Muito obrigado pela contribuição, Deputado.

Mas é importante ressaltar o seguinte, acho que isso é uma das coisas que esta comissão que está sendo criada aqui na Assembleia deve fiscalizar e deve ficar atenta a este assunto; é que toda e qualquer obra que seja feita para a Copa do Mundo, que fique para a Cidade, que permaneça para a Cidade. Toda obra tem que ter uma utilidade que não seja apenas durante o período da Copa. Esta é a grande vantagem desses investimentos, no meu modesto entendimento.

Também é importante salientar que mesmo que talvez muitas pessoas da Cidade não possam estar no estádio, assistindo a Copa, ela é extremamente benéfica, porque traz uma quantidade imensa de turistas, que irão deixar dinheiro para os garçons, para os taxistas, vão movimentar os hotéis onde estão empregadas as cozinheiras, as copeiras, vão movimentar o comércio, enfim. Calcula-se que o turismo de eventos movimenta, no mínimo, 48 segmentos profissionais da sociedade, diretamente.

Então, a Copa é importante. Além disso, ela vai divulgar Curitiba e vai fazer com que Curitiba passe a receber mais turistas ao longo dos anos subsequentes à própria Copa. Não são apenas os turistas que virão durante o período da Copa que importam. Importa a divulgação que a Cidade terá para o mundo inteiro. Agora, temos que ter uma fiscalização rigorosa.

É bom lembrar o caso de Barcelona, que é uma Cidade que mudou sua história, antes e depois de sediar um grande evento esportivo. Barcelona teve todas as benfeitorias que foram feitas, preservadas. Hoje Barcelona é um dos principais destinos turísticos da Europa. Acho que Curitiba vai se tornar um grande destino turístico internacional, com esta possibilidade de sediar a Copa do Mundo.

Agradeço, Presidente, pela sua paciência em ouvir meu pronunciamento, mas não poderia deixar de falar sobre este assunto, que é um assunto que vai movimentar muito a Cidade, dentro dos próximos anos, e é de vital interesse para todos os paranaenses que amam o esporte e acreditam no turismo como força propulsora e geradora de empregos, a curto e a médio prazos, neste Estado.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Volto à tribuna desta Casa para tratar, nesta tarde, de um tema que acho absolutamente relevante para a sociedade paranaense. Tendo em vista uma decisão recente tomada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região com base em uma ação rescisória proposta pelo Ministério Público Federal, na semana passada fiz aqui um apelo para que pudéssemos discutir uma situação em que todos nos surpreendemos, quando em uma sexta-feira, por ordem do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a Polícia Rodoviária Estadual, da nossa Polícia Militar, foi afastada da fiscalização das rodovias federais que haviam sido delegadas para o Estado do Paraná, ou seja, para que o DER, como órgão executivo, que depois fez um convênio com a Polícia Rodoviária Estadual, pudesse efetivamente fazer a fiscalização dessas rodovias. E na semana passada, publicamente, fiz um apelo e disse até ao Governador Requião que eu não sabia qual era a sua posição, mas durante a semana acompanhamos e fomos participar do Congresso da UNALE em Belém do Pará, onde conversamos muito com o Governador Requião, e desde ontem o Governador já manifestou publicamente uma posição que estou defendendo e que queria que esta Casa pudesse, de fato, analisar, porque se na análise do Tribunal Regional Federal da 4ª Região é indelegável a condição do Estado poder exercer o poder da Polícia nas rodovias federais e considerando que temos um convênio, que é o Convênio de Delegação nº 002/96, em que o DNER, hoje DNIT, transfere ao Estado do Paraná, através do DER, o poder da Polícia Administrativa sobre as estradas, e estou falando de coisas diferentes, até para não confundir as pessoas que não são versadas, porque uma coisa é o poder de Polícia, derivado da aplicação do artigo 144 da Constituição Federal, e também, é claro, do poder de Polícia Administrativa, delegado pelo DNER, em relação à exploração das rodovias federais que cortam o Paraná e que compõem o chamado Anel de Integração e, como todos sabem aqui, por conta da ausência de uma política da manutenção das rodovias federais do Paraná, no Governo que sucedeu o primeiro Governo Requião, houve uma decisão política de fazer um sistema de pedagiamento das rodovias. O interessante é que grande parte, ou seja, mais de 80% dessas rodovias que foram pedagiadas, são de propriedade da União e foram delegadas para que pudessem ser administradas, exploradas pelo Estado do Paraná durante 25 anos por um ato de um convênio firmado entre o Estado do Paraná e a União, tendo como intervenientes o DER e o DNER, hoje DNIT.

Ora, temos que reconhecer que se a Justiça Federal diz que é indelegável, que o Estado do Paraná não tem competência para fiscalizar as rodovias federais, também há o entendimento de uma corrente jurídica que o Estado

do Paraná não tem competência - essa mesma decisão deve servir - de fazer a manutenção das rodovias federais. E reconheçamos aqui, que estamos fazendo a manutenção das rodovias federais que cortam o Estado do Paraná, não com o dinheiro do imposto dos paranaenses, mas estamos fazendo com o dinheiro do pedágio, que o povo paranaense paga para poder fazer a manutenção das rodovias federais.

Por isso que o Governador Requião determinou que a Procuradoria Geral do Estado estude qual é a medida que possa ser proposta - seja no âmbito administrativo ou judicial - de buscar um entendimento com o Governo Federal e devolver as rodovias federais para que possam ser administradas pelo seu titular, que é o Governo Federal.

Já que o Estado não pode ter a delegação para poder fiscalizar as rodovias, e diz o Tribunal Regional Federal da 4ª Região que isto é competência da Polícia Rodoviária Federal, temos que reconhecer o seguinte: estamos diante de um fato novo, e esse fato novo, indiscutivelmente, é que se nós, reconhecendo a sentença judicial, a decisão, o acórdão que o Tribunal Regional Federal lavrou sobre esse tema, que diz, por conta da ação rescisória proposta pelo Ministério Público Federal, que é indelegável, olha, se é indelegável a fiscalização, que eu diria que é o poder de Polícia, e como foi delegado o poder de Polícia administrativo, e também a exploração das rodovias federais, temos que denunciar esse convênio de delegação e devolver as rodovias ao seu titular, que é a União.

E a União que faça, de fato, um bom uso, Sr. Presidente. Nós resolveríamos, certamente, um dos problemas mais graves que temos no Estado do Paraná. Porque o contrato do pedagiamento das rodovias é um contrato de um procedimento licitatório que eu, por muitas vezes, questioneei nesta Casa, e nem vou falar sobre esse procedimento, mas poderíamos, devolvendo as rodovias federais para a União, fazer com que esse contrato, efetivamente, com base inclusive na própria decisão judicial, pudesse ser considerado rescindido. Uma ação de prestação de contas conciliaria aquilo que foi efetivamente investido pelas concessionárias de pedágio do Paraná, e ao mesmo tempo, claro, daquilo que foi arrecadado, uma ação de prestação de contas, já arrecadaram mais de R\$ 6 bilhões e 500 milhões, as concessionárias de pedágio prestariam contas.

É fácil de se resolver esse tema: devolve-se para o titular, que é o Governo Federal, e o Governo Federal que faça a manutenção, na minha avaliação sem pedágio, ou então que faça um modelo de pedagiamento como esse que tem hoje nas rodovias que ligam Curitiba a São Paulo, Curitiba à divisa com o Rio Grande do Sul, ou a Florianópolis, e que custe em média R\$ 1 o eixo do caminho, para poder dar o exemplo do transporte de carga, e não os 9,90, R\$ 10 que custa aqui nas Ecovias, ou que custa lá na Econorte. Nós conseguiríamos, de fato, reduzir muito o custo para o povo paranaense com essa medida.

Então, formulei essa proposta ao Governador Requião, ele topou a ideia, gostou e determinou à Procuradoria do Estado que proceda os estudos no sentido de, efetivamente, com base na decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, devolver ao titular a rodovia, e o Governo Federal é que administra essas rodovias por ordem de serviço.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Pois bem, Deputado Romanelli, quero cumprimentá-lo pelo tema que aborda hoje na tribuna. E acho que deveríamos buscar a raiz desse problema, quais foram os procedimentos feitos para essa concessão federal para o Estado do Paraná. Me parece que na época passou pelo Congresso Nacional essa questão, e talvez voltasse ao Congresso Nacional a origem da discussão, não sei se foi a Câmara, ou foi o Congresso, enfim, tenho uma vaga lembrança que passou esse assunto pelo Congresso Nacional...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

A Lei nº 9277 que regula esse tema, efetivamente.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Muito bem. Aí o que o Governo do Estado, e V. Exa. coloca hoje na mídia, é essa intenção de devolver essas estradas pedagiadas a um custo lesivo ao contribuinte paranaense, para que ele se submeta ao regime do Governo Federal, que é bem plausível. Eu sou completamente a favor do pedágio, mas acho que o contrato feito no Paraná é lesivo ao contribuinte e salta os olhos de qualquer um que circula nas nossas estradas do Paraná, comparando com Santa Catarina.

Esse é um tema que não deve se esgotar jamais enquanto não se resolver esse assunto. Porque o contribuinte que trafega nas nossas estradas está pagando um preço abusivo e nós paranaenses devemos ser briguentos, no bom sentido, porque isso agride a inteligência do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Neivo. De fato a tarifa do pedágio do Paraná é um assalto ao contribuinte.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Confesso a V. Exa. que são duas coisas distintas, pelo menos no meu entendimento, o que estamos discutindo. Uma é a decisão do TRF em não reconhecer convênio, em que pese admitir a legalidade do Convênio nº 04078, firmado pelo DNER e pelo DER do Paraná. O que eu gostaria de entender, primeiro que a devolução da rodovia acompanha os contratos da forma como estão hoje, que devem ser questionados e que acompanham os mesmos contratos do pedágio.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O titular do contrato é o Estado do Paraná.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Exatamente. O problema, na sentença, está em dizer que é preciso que se faça a devolução das multas referidas nesse processo. Não sei se devolvidos ao contribuinte, no caso quem foi multado, ou à União.

Deputado, na sua compreensão não significa que, ao mesmo tempo, estamos retirando a Polícia Rodoviária Estadual das rodovias federais e, conseqüentemente, dando essa incumbência à União, não estamos possibilitando que o Estado do Paraná receba mais 330 policiais rodoviários? Que poderão fazer esse mesmo tipo de trabalho em rodovias estaduais, mas principalmente em nossas Cidades? Estamos hoje com uma grande falta de policiais.

Onde está o problema real? Onde está o problema para o Estado do Paraná em ter esses policiais de volta às rodovias estaduais, principalmente podendo colocar esses policiais nas Cidades?

Gostaria que V. Exa. pudesse esclarecer, pois tenho ouvido V. Exa. falar, três ou quatro vezes, sobre esse tema. E fica difícil entender, por que o Estado do Paraná não quer receber os 330 policiais, diria assim, a custo zero. Custo zero é um termo geral, porque deixarão de ter arrecadação de diversas multas.

Que tenhamos claro qual é o problema real e do que estamos falando propriamente.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço o aparte, Deputado Tadeu Veneri, porque o problema real é do Governo Federal. O Governo Federal não tem os 350 policiais para poder atender as rodovias.

O fato é o seguinte, Deputado Tadeu Veneri: o Governo Federal não tem os policiais rodoviários federais. Fez um concurso em que tem cerca de 270, 280 policiais, que são do Brasil inteiro, que poderiam, eventualmente, todos serem convocados para o Paraná. Não é essa a decisão que quer a Polícia Rodoviária Federal. Aliás, está nas mãos do Ministro Paulo Bernardo a decisão sobre o tema. É ele quem tem que dizer como é que a Polícia Rodoviária Federal vai prover os meios para atender ao Paraná.

V. Exa. não é um Parlamentar que tem base no interior do Estado do Paraná. Se V. Exa. fosse como eu, do Norte Pioneiro, conheceria os policiais rodoviários federais que estão lá atendendo as rodovias. Dou o exemplo de um policial que conversei, recentemente, em Santo Antônio da Platina, que é do Espírito Santo. Ele disse: "Olha, vim para cá por 15 dias, tenho mulher e criança pequena." Jovem ainda ele. Passou 15 dias e não tem quem substitua esses policiais rodoviários federais.

A Polícia Rodoviária Federal, Presidente, queria tomar posse de todas as rodovias federais do Paraná? Não, não queria. A Polícia Rodoviária Federal entende, claro, que tem espinha dorsal no Estado, a BR-277, que seria fundamental que ela pudesse, de fato, ter o controle dessa rodovia.

Ao mesmo tempo, quem conhece a malha viária do Paraná, Deputado Tadeu Veneri, sabe que quem sai de Santo Antônio da Platina, Jacarezinho, vem pela BR-153 até Ibaiti, não é mais BR-153, é a PRT-153 que vai sair em Ventania para pegar a PR-090, que são rodovias estaduais, ou seja, temos trechos de rodovias estaduais. A mesma ligação acontece depois de Arapongas até Mandaguari.

Na verdade, sempre fomos muito maltratados pelo Governo Federal no que envolve a questão da malha viária. Não estou falando deste Governo, estou falando historicamente, pelo Governo Federal. E o Paraná teve que fazer os investimentos nessas rodovias que deveriam ser federais e se tornaram estaduais. Temos uma malha que é entrecortada.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputado, desculpe, mas o questionamento é pelos investimentos?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não, não é pelos investimentos. O tema, Deputado, é que se o Governo Federal quer, e quer as rodovias federais, eu pessoalmente entendo o seguinte: temos um grande nó neste Estado do Paraná que é o pedágio com preço abusivo. O que estou propondo? O contrato que o Estado do Paraná tem com as concessionárias, que o DER tem como pessoa jurídica representando o titular, que é o Estado do Paraná, que recebeu a concessão, ele não pode ser transferido para a União. Não tem como passar um contrato de pedagiamento.

Ora, o que estou propondo? Esgotamos aqui o contrato, denunciando esse convênio de delegação, reconhecendo que está correta, já que temos que reconhecer que está correta pelo TRF-4, que é indelegável às rodovias federais, daí vamos estender essa decisão, porque o acórdão permite essa interpretação e, efetivamente, nos livramos do famoso e famigerado contrato e o Governo Federal, se na minha avaliação quisesse e pudesse, o que ele faz? Ele retoma o controle das rodovias, faz a manutenção dessas rodovias e, se for o caso, se achar conveniente, faz outra licitação para essas rodovias e coloca pedágio no mesmo preço que colocou, agora, nas rodovias federais, Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Desculpe, Deputado Romanelli, interrompê-lo, mas e o contrato vigente?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O contrato vigente é extinto na medida que o convênio de delegação não tem mais rodovia para ser administrada e explorada pelo Estado do Paraná. Essa denúncia desse convênio de delegação muda essa qualidade.

Eu entendo, Presidente, que esse é o caminho. Tem uma decisão judicial importante. Lutamos contra o pedágio e entendo que esse é o caminho.

O Governo Federal administra as rodovias e nos livra desse “abacaxi” do pedágio com preço abusivo que temos no Estado do Paraná. Mais ainda: o Ministério Público Federal, que tomou essa decisão, poderá se manifestar. O tema será resolvido, na minha avaliação, a favor do povo paranaense, de uma forma que, sinceramente, eu não esperava uma decisão tão boa para nos livrarmos de um problema tão grande como é esse do pedágio no Estado do Paraná. Por isso que eu penso que é um caminho a ser seguido, é muito interessante.

E se o Governo Federal, se pegarmos a Ministra Dilma, por exemplo, que foi quem, de fato, fez o modelo - até ouvindo o Governador Requião - o modelo de pedagiamento do Governo Federal que baixou, que acabou, de fato, com esse lobby que havia. Vieram os espanhóis, ganharam a licitação na BOVESPA. E temos um pedágio com um preço que, pelo menos, não é tão abusivo, entendo que é muito mais razoável do que esse do pedágio paranaense. Com isso só não vamos conseguir acabar com o pedágio do Estado do Paraná se houver efetivamente uma decisão judicial contra esse caminho que está aberto, que é uma decisão judicial tomada pelo próprio TRF-4, que não vai poder dizer: “Olha, aqui, pode delegar. Aqui não pode delegar.” Acho que não poderá haver uma contradição tão grande assim. Os fundamentos do Direito Administrativo são os mesmos, inclusive, o do Direito Constitucional que está em jogo, aqui, nesse caso específico. E, ao mesmo tempo, devolvemos as rodovias federais, esse contrato é extinto e mais, é uma ação de prestação de contas, as concessionárias de pedágio terão que prestar contas de quanto arrecadaram, onde investiram. E, efetivamente, se resolve o tema com a extinção, colocando o termo no contrato, atualmente de concessão, por conta do fim da existência de rodovias federais que sejam delegadas ao Estado do Paraná.

Penso que esse caminho é o mais interessante e que efetivamente é um caminho novo, aberto por esse precedente da Justiça Federal, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e abre-se um caminho para que possamos nos livrar desse malfadado pedágio.

E eu dizia o seguinte: a Ministra Dilma, que tem sido a condutora de todo esse processo, poderá ter um diálogo com o Governo do Paraná, rescindindo esse contrato com o Governo Federal, extinguindo esse contrato que o Estado do Paraná tem com as concessionárias, e com isso modificando a relação jurídica. Aí, claro, V. Exa. vai falar: “Ah, mas as concessionárias não vão querer isso, não vão querer perder esse contrato que têm”; Ora, tudo bem. O Ministério Público Federal, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região vai se manifestar sobre o tema. Mas que é, indiscutivelmente, uma estrada aberta para que possamos lutar contra a tarifa abusiva do pedágio no Paraná, eu não tenho dúvidas que essa decisão judicial é uma decisão importante, abre, de fato, à luz do direito um caminho novo.

É uma decisão importante no sentido de vermos não como uma intervenção que aconteceu da Polícia Rodoviária Federal vir a ocupar aquilo que era fiscalizado pela Estadual, que, aliás, sempre fez uma belíssima fiscalização e vai continuar fazendo.

A Polícia Rodoviária Estadual do Estado do Paraná é um grande, como, aliás, diga-se de passagem, também é a Polícia Rodoviária Federal do nosso País. Aqui no Paraná dirigida pela Inspetora Maria Alice, nacionalmente dirigida por um paranaense que é o Hélio Derenne, que foi inspetor, aqui, da Polícia Rodoviária Federal, pessoa que é amiga desta Casa, inclusive, uma pessoa que todos temos o maior respeito. Aliás, aprovamos requerimento covidando-o para vir aqui para falar sobre esse tema. Acho que é importante marcarmos, conversei com o Hélio Derenne, que é o Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, para marcarmos essa data da vinda dele aqui à Assembleia Legislativa para tratar do tema.

Mas, quero sinceramente perseguir aqui esse caminho, entendo que é um momento importante e precioso nessa luta que eu, pessoalmente, tenho travado contra o pedágio e que muito outros Deputados aqui também, ao longo das suas vidas, já travaram.

Acho que é a hora de aproveitarmos essa decisão histórica do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sediada em Porto Alegre, para podermos, de fato, dar um fim nesses contratos, passar as rodovias federais para o Governo Federal. E o Governo Federal que administre as suas rodovias, faça a manutenção, de preferência sem pedágio, mas se resolver fazer pedágio que faça nas mesmas condições que fez em relação às rodovias federais que recentemente foram privatizadas aqui na Região Sul do País. Acho que esse é o caminho.

O Paraná tem bons policiais rodoviários estaduais. E nós, certamente, vamos ter essa relação respeitosa tanto com o Governo Federal, quanto com a Polícia Rodoviária Federal e, fundamentalmente, respeitar as decisões judiciais. Mesmo muitas vezes não concordando, isso foi uma ação rescisória de uma ação civil pública, que tinha se dado ganho de causa para o Estado do Paraná e que, efetivamente, houve uma modificação de uma ação que havia inclusive sido transitada em julgado, favorável à manutenção do convênio. Mas, como há esse posicionamento - porque quem vai julgar esse tema é o Tribunal Regional Federal da 4ª Região - e ele não vai poder julgar de forma distinta do que já julgou com a extinção da possibilidade do convênio havido entre o DNER e o DER do Estado do Paraná.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças, PT com a palavra, o Deputado Péricles de Mello, por 10 minutos.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Ouvi atentamente o pronunciamento dos Deputados Valdir Rossoni e logo depois do Deputado Elio Rusch sobre a questão ambiental.

Não só como Parlamentar, mas toda a Bancada do PT sente-se orgulhosa de ter indicado uma pessoa como o José Álvaro para dirigir o IBAMA no Paraná. Nesse pouco tempo do seu trabalho, tem mostrado a que veio. Uma pessoa que tem toda uma história de vida voltada para a proteção ambiental, um montanhista, um intelectual muito respeitado, faz dessa luta a razão de ser da sua vida. Também a sua atividade dentro do Hospital Pequeno Príncipe, muito orgulho para o povo paranaense.

Quando teve aquela primeira operação na Região Sul do Paraná, eu subi nesta tribuna e elogiei a forma como estava sendo conduzida a operação pelo José Álvaro, com total transparência, todas as suas ações sendo publicadas para o povo do Paraná saber o que está acontecendo. Inclusive as audiências que ele faz, particulares para os Deputados, para que não reste qualquer dúvida sobre a sua conduta.

Entendo a preocupação do Deputado Rossoni, também às vezes o meio que a Polícia Federal age, muito espalhafatoso, não sei se isso é correto, acho que é uma questão que deve ser ponderada, talvez uma questão simbólica, para a Região Centro-Sul do Paraná, terá prejuízo. Mas por outro lado, a questão ambiental é tão grave que as ações de preservação do meio ambiente devem também atuar ao nível simbólico, na consciência mais profunda das pessoas.

Agora mesmo recebi no celular uma mensagem, uma agência que o ex-Presidente Bill Clinton, dizendo que as exportações de etanol no Brasil vão depender muito que o Brasil prove que está diminuindo o desmatamento na Amazônia.

Sabemos que o País é um gigante ambiental, o Brasil tem um patrimônio fantástico, não pode perder uma das coisas mais importantes que tem, que é o seu patrimônio ambiental.

Todos sabemos a luta que se trava, e hoje mesmo esta Assembleia foi palco dessa luta novamente no discurso do Deputado Elio Rusch. Uma disputa ideológica, clara.

Quero fazer um parêntese nisso, como a ideologia trabalha. Primeiro se derrotou, o próprio Governo do PT, o nosso partido, Lula derrotou a Ministra Marina da Silva, que não era nenhuma garota de Ipanema, na verdade, ela é uma guerreira, uma mulher do povo, que teve toda a sua vida ligada ao Chico Mendes, aos povos da floresta, uma mulher humilde, que enfrentou inclusive a sua saúde pessoal. Quem ouviu a Marina falar sabe o que ela representa. Talvez os mesmos setores que tiraram a Marina do Governo Federal, um Governo não do PT, mas

um Governo de uma ampla aliança, queiram hoje tirar o Ministro Minc. Por suas características pessoais, mas também um ambientalista muito respeitado pelo PV e pelo PT.

Ouvi um debate entre o Ministro Minc, na Globo News, e o Ministro da Agricultura, outro nível. É claro, o Ministro falando a um público muito especial, que são pequenos agricultores, acabou num momento usando a palavra “vigarista”, e esta palavra foi objeto de todo tipo de repúdio. Todas as organizações ruralistas do Brasil sentiram-se profundamente ofendidas e estão usando isto para tentar colocar uma Comissão de Ética contra o Ministro.

Vejam como a ideologia se fundamenta no inconsciente mais profundo das pessoas. Agora, quando os Ministros atacam o MST de vagabundo, bandidos, baderneiros, ninguém fala nada.

Às vezes, alguns Parlamentares, como eu, uma vez fiz um pronunciamento nesta Casa, duro, porque chamaram o MST de vagabundo, sem vergonha, bandido e baderneiro.

Então, vejam como a ideologia também é patrimonialista. Aqueles que têm patrimônio se julgam acima do bem e do mal, muitas vezes, superiores aos demais. E aqueles que representam a face cruel do abandono, da miséria, do sofrimento, esses, a qualquer momento, podem ser chamados como se nem seres humanos fossem.

Então, isto mostra o caráter ideológico da luta que se trava no Brasil, e o meio ambiente é uma questão simbólica dessa luta ideológica.

Eu, particularmente, acho que os pequenos agricultores têm uma relação com a vida e com o mundo muito mais próximo dos ambientalistas do que do agronegócio. Não é uma questão moral, não. O agronegócio tem que existir também, tem a sua importância econômica, mas a lógica do agronegócio é totalmente diferente da lógica da pequena propriedade familiar. E o dia que a pequena propriedade familiar se submeter à lógica do agronegócio, vai ser a sua destruição, como foi, aliás.

O que aconteceu com o modelo de modernização agrícola no Brasil? Foi destruída a agricultura familiar brasileira, destruída. Só no Paraná, na década de 70, 80, mais de 1 milhão de pessoas que perderam suas terras. Isso que aconteceu no Paraná, porque a lógica do modelo econômico foi uma lógica de concentração da propriedade da terra, profunda, de modernização violenta e conservadora da agricultura.

E não adianta falar que 80% das propriedades de agricultura familiar - 80% representa quanto do território paranaense? Isso é importante! A agricultura não foi totalmente destruída na Região Sul, mas foi muito destruída e a concentração de propriedade foi enorme.

Por isso não pode se pensar da mesma forma, e o Ministro Carlos Minc é muito claro: ele defende, nas pequenas propriedades, que se possa colocar na reserva legal as áreas de preservação permanente, inclusive a mata ciliar, mas não nas grandes propriedades que representam a

maior parte, a grande parte territorial da agricultura brasileira, e que tem todo um processo histórico de concentração da propriedade da terra.

A Região Sul merece todo o carinho do povo do Paraná, é uma região maravilhosa, é uma coisa preciosa, a religiosidade da Região Sul, a migração polonesa e ucraniana, os povos e as comunidades tradicionais, os faxinais que ainda são preservados, a erva-mate, a preservação da araucária, a história da Região Sul, a questão do Contestado, uma região que temos o maior carinho, a maior admiração, mas amar essa região significa, acima de tudo, preservar o que ela tem de mais nobre, que é o seu povo, o seu ambiente, e criar alternativas para que as matas possam ser preservadas e que as pessoas que preservam essas matas nativas tenham condições de sobrevivência.

Inclusive, Deputados do partido, aqui tem nesta Casa projetos de lei compensando, fazendo a compensação para os agricultores que preservam o meio ambiente, e uma ampla legislação deve acontecer no Brasil neste sentido. Não só uma legislação valorizando economicamente quem protege o meio ambiente, mas também dando alternativas de sobrevivência para essas pessoas, e o Governo do Estado tem procurado isso, o Governo Federal também tem procurado, nós aqui temos lutado da forma que podemos para a preservação das comunidades dos povos tradicionais, como os faxinalenses, mas não podemos, neste momento da humanidade em que a espécie humana pode desaparecer do planeta, abdicar da luta pela preservação ambiental.

E quero fazer um elogio à conduta do Jose Álvaro, inclusive acho que este debate deve ser aprofundado aqui, sim, não vamos fugir dele, e vou levar para a bancada do partido e, outras bancadas aqui da Casa, para solicitarmos e convocarmos o Jose Álvaro e o Secretário Rasca para virem aqui numa Sessão da Assembleia, fazer um depoimento e um esclarecimento sobre essas ações que estão se desenvolvendo na Região Centro-Sul do Paraná, com prisões, com apreensões, olha, 80 caminhões com imbuia e araucárias cortados ilegalmente. Isso não é pouco! E uma operação que foi anunciada, já há vários dias atrás da primeira operação, e foi anunciada e mesmo assim há muitos interesses, os interesses econômicos às vezes superam a questão da preservação ambiental e isso tem que ser discutido e fiscalizado.

A minha proposta é que esse debate não seja escamoteado. Também não adianta, se faz a maior parafernália hoje, tem discurso aqui de ambos os lados e depois se esquece, continua a devastação.

Então, não podemos esquecer o que aconteceu, tem que continuar trabalhando e vamos convocar o José Álvaro para vir aqui esclarecer. Ele já esteve aqui numa Audiência Pública na segunda-feira pela manhã. É muito importante que possamos aprofundar a questão ambiental no Paraná com o Jose Álvaro e com o Secretário Rasca.

Sobre o patrimônio histórico, a Região Sul tem sido muito respeitada pelo Governo Federal. Aguardei o Ministro na Cidade de Prudentópolis e, pela primeira vez, eu acho, na história do Paraná, o Ministro da Cultura vem à Região Sul, fica o dia todo e vem para trazer recursos para a preservação do patrimônio histórico e cultural dessa região. Tem uma rica diversidade cultural. Foi a principal região da colonização ucraniana e polonesa. Existem vários trabalhos feitos por um ex-Secretário do Prefeito de Ponta Grossa, fez uma obra linda, um grande acervo fotográfico, arquitetura em madeira. E devemos lutar, de todas as formas, para preservar essa região, sem dúvida nenhuma.

Concordo com o Deputado Rossoni neste caso, mas não podemos esquecer que a luta é fundamental para a preservação ambiental e devemos, repito, trazer o Rasca e o Jose Álvaro para esclarecer as questões aqui nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Bloco PTB/PR, Liderança da Oposição.
(Declinam)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 033/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei autorizando o Poder Executivo a conceder subvenção econômica para o pagamento do prêmio do seguro rural, na forma estabelecida em ato específico. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 125/09, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 02/06 a 04/06/09, por estar em visita às bases eleitorais no Noroeste do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 695/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Exmo Sr. Governador do Estado a inclusão de verba no orçamento do próximo ano para a construção de prédio da Delegacia de Polícia no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 696 a 698/09, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, implantação do Projeto Biblioteca Cidadã nos respectivos Municípios: Campo Magro, Almirante Tamandaré e Guaraqueçaba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 699/09, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a criação da CIRETRAN no Município de Quatro Barras, com abrangência do Município de Campina Grande do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 700/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado que o soldo de um policial militar ou bombeiro militar não pode ser inferior ao piso salarial estadual. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Apenas para registrar na Sessão de hoje, a questão do porto de Paranaguá foi motivo de diversos pronunciamentos, muitos requerimentos e pedidos de informações nesta Casa. E acabamos de receber agora que o Ministério Público Federal manifestou-se que a APPA tem agido, no mínimo, de má-fé em relação ao terminal público de álcool naquele porto, uma vez que a ação também estava suspensa para que houvesse um entendimento extrajudicial entre a APPA e o Ministério Público, para resolver a questão ambiental que envolve o terminal público de Paranaguá. Porque lá tem 400 famílias e não tinha licença ambiental do IBAMA, apenas do IAP. Houve a suspensão, a pedido do próprio Ministério Público, e segundo a nota que temos, o próprio Ministério reabriu esse processo para que houvesse esse entendimento, o que não ocorreu efetivamente.

O Ministério Público reabre e diz que, no mínimo, houve má-fé por parte da APPA em não atender aquele termo, ajuste entre o Ministério Público Federal e a APPA, em relação ao deslocamento dessas 400 famílias e também na questão ambiental.

Só faço esse registro porque, com toda certeza, amanhã ou depois, haveremos de fazer um pronunciamento ainda sobre a questão do Ponta do Félix.

Cada vez a sociedade do Paraná e nós Deputados da Oposição sempre somos colhidos de surpresa por novas atitudes judiciais que envolvem a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 306/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Esportes e Lazer Cachoeira da Saudade - ACELCAS, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama. **Aprovada. (Publ. no DA nº 081/08, de 08/07/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 202/09, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial Gabriela Mistral - AGAMI, com sede e foro no Município de Palotina. **Aprovada. (Publ. no DA nº 041/09, de 29/04/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 215/09, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que declara de utilidade pública estadual a Instituição Educacional mundo das letrinhas coloridas, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. **Aprovada. (Publ. no DA nº 043/09, de 05/05/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a garantia do diagnóstico precoce do câncer de mama e do serviço radiológico do tipo mamográfico nas Cidades Polo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO, APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 790/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza a construção de usina termoeletrina no Município de Agudos do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA e COPTC.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 790/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Alexandre Curi, pretende autorizar a construção de usina termoeletrina no Município de Agudos do Sul.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a opinar, e entendendo que na da obsta ao seu prosseguimento, apresentamos parecer favorável ao

prosseguimento do projeto de lei em análise, uma vez que a produção de energia elétrica através de termoeletrina à biomassa, por eliminar resíduos de madeira que atualmente ficam expostos ao tempo, gerando metano ou gás carbônico quanto queimados a céu aberto, colabora para a não emissão de gases efeito estufa, amenizando o aquecimento global; pois não gerando eletricidade a partir de resíduos que atualmente são indesejáveis ao meio ambiente e cuja emissão para a atmosfera será evitada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01/06/09.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente em exercício
LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Voto contrário. É um projeto autorizativo e não temos aprovado nenhum projeto autorizando. Talvez seja uma exceção. Estamos autorizando algo que nem na CCJ estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/09, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que estabelece normas para a publicação de atos oficiais, por agentes e órgãos públicos no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Aprovado, artigo por artigo. Em votação o substitutivo geral da CCJ. **Aprovado.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze - ACAMDOZE, com sede no Município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Aprovado, artigo por artigo. Em votação as emendas. **Aprovadas.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/08, que dispõe sobre a concessão de anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Estadual, de empresas públicas e de sociedade de economia mista. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 137/08, de 17/11/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 496/08

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei em epígrafe de autoria do Poder Executivo, visa conceder anistia aos Servidores Públicos Cíveis e Empregados da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, bem como aos Empregados de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista sob o controle do Estado do Paraná aos quais foram exonerados ou demitidos no período de 01/01/83 a 31/12/88, contrariando os preceitos legais.

Em sua justificativa o autor sustenta que a Carta da República do Brasil de 1988 consagrou a concessão de anistia em seu artigo 21, inciso XVII.

E não podia ser diferente, visto que a Constituição Federal nasceu da inspiração do Estado Democrático de Direito, consagrando o livre exercício da democracia e da liberdade de expressão e, com isso, banir dos nossos dias qualquer tentativa de repressão do pensamento por parte do Estado, em especial aos funcionários.

Dia ainda, que a proposta ora em tela busca minimizar os constrangimentos sofridos por servidores estaduais, no período que especifica, por terem sido demitidos ou exonerados, contrariando os preceitos constitucionais e terem sido privados dos seus cargos ou empregos.

É o relatório.

II - Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, e da emenda projetada em anexo.

Sala das Comissões, em 10/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 496/08

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 2º e 141, II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, sugere-se uma Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 496/08, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica concedida a anistia aos servidores e empregados da Administração Pública Estadual, Autárquica e Fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e de sociedades de economia mista

sob o controle do Estado, que, no período compreendendo entre 01/01/83 a 31/12/88, tenham sido despedidos, dispensados, demitidos ou exonerados por motivação política, devidamente caracterizada, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista, nos seguintes termos:

I - despedidos ou dispensados dos seus empregos com violação de dispositivo constitucional, legal, regulamentar ou de cláusula constante de acordo, convenção ou sentença normativa;

II - exonerados, demitidos ou dispensados por motivação política, devidamente caracterizado, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se, exclusivamente, ao servidor titular de cargo de provimento efetivo ou de emprego estável à época da demissão e/ou exoneração, demitidos ou dispensados.

Art. 2º O retorno ao serviço dar-se-á, exclusivamente, no cargo ou emprego anteriormente ocupado ou, quando for o caso, naquele resultante da respectiva transformação e restringe-se aos que formulem requerimento fundamentado e acompanhado da documentação pertinente no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, contado da publicação desta lei.

Art. 3º Observado o disposto nesta lei e de acordo com as necessidades e disponibilidades orçamentárias e financeiras da Administração, o Poder Executivo deferirá o retorno ao serviço dos servidores ou empregados despendidos arbitrariamente no período a que se refere o artigo 1º.

Art. 4º No prazo estipulado no artigo 2º, quando necessária a realização de concurso, contratação ou processo seletivo com vistas ao provimento de cargo ou emprego permanente, a Administração Pública Estadual, e as empresas sob controle do Estado do Paraná excluirão das vagas a serem preenchidas pelos concursados o número correspondente ao de postulantes habilitados na forma desta lei para os respectivos cargos ou empregos.

Art. 5º Será criada a Comissão Especial de Anistia, que decidirá, em caráter terminativo, sobre a existência da motivação política referida no inciso II do artigo 1º desta lei, desde que devidamente caracterizada e comprovada, em cada caso, nos autos do respectivo processo.

§ 1º A comissão a que se refere o *caput* deste artigo será composta por:

- a) Um membro do Ministério Público Estadual;
- b) Um representante da Procuradoria Geral do Estado;
- c) Um membro da entidade de classe ou sindicato a que esteja ou esteve vinculado o servidor;
- d) Um membro da Casa Civil;
- e) Um representante da Secretaria de Administração e Previdência.

§ 2º A comissão será presidida pelo representante designado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º São atribuições da comissão:

I - analisar os requerimentos, desde que formulados no prazo estipulado no artigo 2º, e considerar em relação aos atos administrativos referidos no artigo 1º os seguintes aspectos:

a) a incidência da decadência prevista no artigo 9º desta lei; e

b) a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;

II - analisar as razões da defesa e a instrução probatória;

III - notificar os interessados para apresentação de defesa, quando concluir pela ocorrência da situação referida no artigo 5º, parágrafo 3º, inciso I, alínea “b”;

IV - deliberar quanto ao reconhecimento da condição de anistiado ou, se julgar necessário, solicitar nova instrução mediante a requisição de processos, informações e outros elementos, inclusive depoimentos pessoais que permitam o convencimento e a deliberação sobre o requerido;

V - encaminhar as suas conclusões, na forma do artigo 6º.

§ 4º Os agentes públicos que tiverem participado de processo decisório que tenha resultado em demissão de que trata esta lei, não poderão integrar a Comissão de que trata este artigo.

§ 5º Constatada que não houve notificação pessoal, ou que não foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, o requerente será notificado pela comissão para, no prazo de 10 dias, aduzir as razões de defesa relativas ao ato de anulação e requerer a instrução probatória que entender de direito.

§ 6º Os requerimentos de revisão deverão ser instruídos com documentos que comprovem as razões de fato e de direito alegadas, facultando-se à comissão requisitar processos, informações e outros elementos, inclusive depoimentos pessoais no intuito de lhes propiciar o convencimento e a instrução do processo de revisão, para efeito de deliberação.

Art. 6º As conclusões da comissão, quanto ao reconhecimento da condição de anistiado, serão submetidas ao Governador do Estado, a quem cabe deliberar sobre o retorno dos servidores despedidos arbitrariamente.

Art. 7º No desempenho de suas atribuições, a comissão deverá observar o disposto no artigo 1º desta lei, para o restabelecimento da condição de anistiado, não se admitindo as seguintes situações:

I - as exonerações e dispensas decorrente de processos administrativos ou judiciais regularmente julgados pela autoridade administrativa ou pelo Poder Judiciário, com trânsito em julgado;

II - as dispensas ou exonerações de funções de confiança ou cargos comissionados;

III - as dispensas por justa causa;

IV - as exonerações, demissões, dispensas ou despedidas de órgãos ou entidades que tenham sido extintos, liquidados ou privatizados, salvo quando as respectivas atividades:

a) tenham sido transferidas, absorvidas ou executadas por outro órgão ou entidade da Administração Pública Estadual; ou

b) estejam em curso de transferência ou de absorção por outro órgão ou entidade da Administração Pública Estadual;

V - as adesões a programas de desligamento voluntário ou incentivado; ou

VI - as exonerações, demissões, dispensas ou despedidas de empregados de entidades que não integravam a Administração Pública do Estado do Paraná.

§ 1º A existência de processo judicial que rejeitou a reintegração do servidor prejudica a análise pela comissão.

I - A inexistência de processo judicial deverá ser comprovada através de certidão negativa do Cartório Distribuidor.

II - Constando na certidão a existência de processo judicial, deverá ser juntada aos autos cópia da petição inicial, a fim de comprovar não se tratar de procedimento destinado a reintegração do servidor.

Art. 8º A anistia a que se refere esta lei só gerará efeitos financeiros a partir do efetivo retorno à atividades vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo, inclusive para fins previdenciários.

Parágrafo Único. O disposto no *caput* deste artigo se dará mediante renúncia por instrumento público, para cada servidor.

Art. 9º Ressalvado o prazo para conhecimento da anistia de que trata esta lei, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Art. 10. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos respectivos órgãos ou entidades.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 496/08

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/08, que dispõe sobre a concessão de anistia aos servidores públicos civis e empregados da

Administração Pública Estadual de empresas públicas e de sociedade de economia mista.

Fundamentação

Chamada a se pronunciar, esta comissão, de acordo com o que prescreve o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Vale destacar que tal propositura busca minimizar os constrangimentos sofridos por servidores estaduais, por terem, sido demitidos ou exonerados, contrariando os preceitos constitucionais e terem sido privados dos seus cargos ou empregos.

Conclusão

Sendo assim, opinamos favoravelmente ao projeto de lei, na forma da emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, este projeto que dispõe sobre a questão de anistia aos servidores públicos civis, empregados da Administração Pública Estadual e também das empresas públicas, na verdade já foi discutido por inúmeras vezes pelos Parlamentares. Votamos a favor pela constitucionalidade desse projeto, uma vez que havíamos conversado com diversos Parlamentares, Deputados da Oposição, do Bloco Independente, com o Líder do Governo que tem se comprometido de apresentar as emendas que se fazem necessárias para adequar e corrigir distorções que possam existir nesse projeto. E para que possa ser feito com a mais absoluta e ampla transparência possível, porque existe, na verdade, uma preocupação por parte dos Deputados aqui da Casa.

Ninguém sabe quantos funcionários foram demitidos e quantos serão beneficiados com esse projeto, essa mensagem governamental. Uma vez que o Líder do Governo se propõe, e se temos a certeza que o Governo também irá sancionar a lei com as emendas, sem o veto apostado por parte dele às emendas. Inclua o Ministério Público, a própria Assembleia Legislativa nessa Comissão, que irá analisar as possíveis injustiças que possam ter ocorrido nesse período em que alguns funcionários foram demitidos.

Eu particularmente, e outros Deputados, fomos procurados por funcionários que foram demitidos naquela época. Houve injustiça ou não? Nós não sabemos. Para que se faça justiça e não fique apenas nas mãos do Executivo, nas mãos do Governo essa possibilidade de conceder a anistia a esses funcionários demitidos, nada mais justo que se forme uma Comissão com a participação do Ministério Público, desta Casa, de outras entidades, para que o Estado também, amanhã ou depois, não venha arcar com altos custos.

Nós sabemos e já trocamos ideias com alguns Parlamentares. É que no momento em que você dá a anistia para os funcionários, entendemos que esse funcionário anistiado terá todo o seu direito de buscar o retroativo. Ninguém sabe quantos funcionários são, uns dizem que são 13, outros dizem que são 100, outros falam que passa de 1 mil funcionários. Fui procurado por alguns.

Na verdade, que se forme essa comissão e se, efetivamente, houve essa perseguição política em cima de alguns funcionários, que possam ser readmitidos. Resta saber como é que o Governo vai se comportar com esse período em que esse funcionário estava fora. Se nós, aqui na Assembleia Legislativa, temos competências sobre essa questão, o Governo disse apenas que iria readmitir e pagaria alguns anos o atrasado. Tem funcionário que está há mais de 20 anos fora. O que não podemos fazer é trazer um passivo muito grande, que se transforme amanhã em precatório alimentício, que os Governos futuros não consigam pagar.

É uma questão muito cautelosa. Espero que o Líder do Governo possa trazer, já que estamos votando a constitucionalidade, as emendas e possamos aprovar esse projeto. Na constitucionalidade, esse é o entendimento da maioria dos Deputados com quem conversamos e depois vamos analisar as emendas e fazer as correções necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, na verdade estamos votando da mesma maneira que o dia em que foi retirado pelo Líder do Governo o projeto. Efetivamente não há o substitutivo e o projeto continua, mesmo com o parecer do Deputado Romanelli, na Comissão de Justiça; e do Deputado Belinati, na Comissão de Finanças, continua inconstitucional, continua sem o impacto financeiro, e mediante essa afirmação é difícil cancelarmos.

Quando fiz aquele apelo ao Presidente da Assembleia, e na sequência o Deputado Elio Rusch e Deputado Valdir Rossoni entraram num entendimento com o Líder do Governo e retiraram da Sessão, eu entendia que se construía um entendimento para que não votássemos algo inconstitucional. Hoje, infelizmente, da maneira como está, continua inconstitucional e é impossível votarmos dessa maneira.

Pretendo votar contra o oriente os Deputados que não querem votar errado, que votem contra.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o tema, na verdade, depois de longa discussão com a Oposição aqui nesta Casa, me parece que é relevante para esse entendimento, justamente na Comissão formada a partir da edição dessa lei. Essa comissão inclui um representante do Ministério Público Estadual, um representante da OAB Paraná e

um representante da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que não poderá ser um Deputado. Quero aqui, publicamente, dizer que esse representante será indicado pela Bancada de Oposição desta Casa, deixar bem claro este tema. E mais: os temas que foram tratados aqui, são todos de relevante interesse público.

Então, tendo em vista a construção desta discussão, amanhã vamos apresentar as emendas ou um substitutivo geral, para poder adequar este tema, em 2ª discussão. Hoje, estamos votando a constitucionalidade. Constitucional é.

Estamos pedindo aos Srs. Parlamentares que votem favoravelmente à constitucionalidade do presente projeto de lei.

Era isso, muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

O Deputado Elio Rusch colocou uma situação, já conversei com ele antes, mas na verdade estamos votando o substitutivo. No artigo 8º diz que a anistia a que se refere esta lei só gerará efeitos financeiros a partir do efetivo retorno à atividade, vedada a remuneração de qualquer espécie, em caráter retroativo, inclusive para fins previdenciários.

Isto responde um pouco à preocupação do Deputado Elio Rusch, para que as pessoas possam recorrer. Claro que questões legais podem acontecer, podem demandar. Mas, a lei que estamos votando, não permite isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só para complementar, Deputado, no substitutivo de amanhã eu incluo um parágrafo único dizendo o seguinte: “O disposto no *caput* deste artigo se dará mediante renúncia por instrumento público para cada servidor”. Para poder garantir.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)

Eu não gostaria de encaminhar hoje. Queria encaminhar no mérito, amanhã. Mas, para esclarecer o que foi dito pelo Deputado Tadeu Veneri, é importante dizer que o artigo 8º da lei é nulo.

Eu fui Secretário no Paraná, e todas as ações que o Estado tinha para reintegração de funcionários que tinham ido para o Japão, que ficaram doentes, foram demitidos, eles têm direito, por lei, assegurado no Brasil, se o ato foi errado, ele é nulo, ele tem todo o passivo, 25 anos de ação por danos morais, salários que deveriam ter recebido, corrigidos, multas e uma série de situações.

Então, o artigo 8º da lei é nulo. É nulo! E só se pode fazer uma ação destas na Justiça. Lá ele até pode abrir mão de alguma coisa, mas uma lei ferindo outra, não tem condições. Isto aqui está errado.

Muito obrigado.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT) (Para Encaminhar)

Quero encaminhar favoravelmente ao projeto, por questão de justiça com aquelas servidoras e servidores que,

há mais de 20 anos, foram exonerados de forma indevida, perseguidos por suas posições políticas, perseguidos por terem lutado na legítima defesa da categoria, da carreira, do salário. Isto não deveria ter acontecido no Estado do Paraná, mas infelizmente aconteceu. Estamos analisando tardiamente esta questão. E é urgente para aqueles que foram lesados, que precisam de reparos. Não podemos arrumar argumento para deixar de conferir justiça àquelas pessoas que foram perseguidas, naquele momento, e exoneradas, demitidas indevidamente. E não há indenização nenhuma que possa reparar os danos que foram causados por esses atos, a esses servidores públicos.

Fazemos um apelo a todos os Deputados, que analisem com bastante cuidado, inclusive das palavras, suas votações e suas decisões aqui. Somos favoráveis, porque justiça tem que ser feita. Antes tarde do que nunca.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, consulto V. Exa., tendo em vista que haverá impacto financeiro, a necessidade após a votação desta 1ª discussão, que é o aspecto constitucional, este projeto retorne e possa passar pela Comissão de Finanças, para que possamos debater em profundidade a questão financeira, a questão do impacto. É isso que solicito a V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, só queria pedir à minha bancada que votasse SIM. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Strapasson, há aqui, salvo melhor juízo, um parecer ao presente projeto de lei pela Comissão de Finanças, assinado por V. Exa. e cujo relator foi o Deputado Antonio Belinati. Então, por essa razão, não encaminharemos à Comissão de Finanças o projeto.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Vamos votar hoje a constitucionalidade, e estava falando com os Deputados Romanelli, Reni, Douglas, que na verdade existem dúvidas. Vamos votar pela constitucionalidade e solicitamos à Mesa que não inclua o projeto para amanhã. Vamos incluir o projeto para a outra semana, para que tenhamos tempo para fazer as emendas e o substitutivo necessário. É o entendimento que tenho com a Liderança do Governo: votamos hoje a constitucionalidade e não volta amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Se há esse entendimento, o projeto voltará na semana que vem.

Está em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis votarão com a expressão SIM e os que forem contrários votarão com a expressão NÃO.

Está encerrada a votação. Foram 31 votos SIM, um NÃO e três abstenções.

Está aprovado o projeto na sua constitucionalidade, e de acordo com o entendimento só voltará à pauta na semana que vem.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, pela ordem.

Sobre esse projeto, não quis falar antes sobre esse assunto para não criar uma polêmica mais ainda, mas na verdade esse projeto ainda está na Comissão de Finanças. A pedido do Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, uma vez que o projeto estava hoje na Ordem do Dia, o Deputado Reni Pereira foi o relator do projeto com as emendas apresentadas, pedimos vista desse projeto. Então, na verdade, esse projeto ainda está na Comissão de Finanças, está conosco ainda e voltaria para a Comissão de Finanças, para depois vir ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/08, que objetiva a extinção da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, e a criação do Instituto Paranaense das Águas - IPAGUAS; entidade autárquica vinculada a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM EMENDAS DA CEMA. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 140/08, de 24/11/08, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 515/08

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei em epígrafe de autoria do Poder Executivo, visa extinguir a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, e a criação do Instituto Paranaense das Águas - IPAGUAS, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e adota outras providências.

Em sua justificativa o autor sustenta que o “projeto de lei consolida o desejo de aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, do qual a sociedade paranaense participa.

Com o anteprojeto de lei será possível focalizar a gestão das águas no Estado do Paraná sem dispensar esforços em outras ações periféricas e que possam ser promovidas por demais instituições. A extinção da SUDERHSA e a criação do IPAGUAS possibilitará fortalecer os instrumentos da gestão dos recursos hídricos previstos na Lei nº 12726, de 22/11/99, inspirados na Lei Federal nº 9433, de 1997.

Em 2003 foi verificada a incompatibilidade da gestão das águas por intermédio das denominadas Unidades de Execução Descentralizadas - UEDs previstas na Lei nº 12726, 22/11/99. O estudo realizado no âmbito da Procuradoria Geral do Estado - PGE resultou no parecer 170/03 que recomendou que a Superintendência de Desenvolvimento e Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA assumisse as funções das UEDs mediante Decreto Estadual nº 1651, de 04/08/03. Este mesmo parecer recomendava que fossem realizados estudos visando a reestruturação e fortalecimento da SUDERHSA para que as atribuições fossem futuramente consolidadas em lei. Posteriormente, mediante estudos da comissão nominada no Decreto nº 1651 e ouvindo o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, que contou com a participação expressiva de representantes de instituições governamentais, de usuários e da sociedade civil, foram sugeridas várias modificações à Lei nº 12726.”

Diz ainda, “que mesmo tempo a especialização que o IPAGUAS proporcionará na gestão pública das águas, com maior eficiência na implementação da outorga, fiscalização do uso das águas, monitoramento da qualidade e quantidade, difusão de informações, elaboração e implantação dos planos de bacias hidrográficas, funcionamento dos comitês de bacias hidrográficas, entre outros, o Instituto atuará de forma integrada com setores que demandam recursos hídricos em seus processos, na agricultura e, na indústria e realizará a intervenção com demais políticas públicas, especialmente com as recentes diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política nacional de saneamento básico.

Os avanços conseguidos a partir de 2003 estão consolidados pelos estudos promovidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SEMA, Superintendência de Desenvolvimento e Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, Procuradoria Geral do Estado - PGE, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e entidades que participam do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O anteprojeto de lei materializa a modernização para a gestão pública das águas.

É o relatório.

II - Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 515/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo cuja súmula é a seguinte: “Objetiva a extinção da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, e a criação do Instituto Paranaense das Águas, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e adota outras providências”, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ desta Casa de Leis e agora chega à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente para a devida análise.

O projeto de lei em tela vem trazer uma série de mudanças no sistema Estadual de Meio Ambiente. Primeiramente o projeto de lei do Poder Executivo extingue a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA e cria um novo ente estadual de natureza jurídica autárquica que foi denominado Instituto Paranaense das Águas.

Na criação da nova autarquia foram previstos as transferências orçamentárias, patrimoniais e de pessoal, em sua totalidade, da SUDERHSA para o Instituto Paranaense das Águas. Há a descrição dos objetivos e da competência do novo Instituto, da forma e da qualidade das fontes de receita, das obrigações e do papel desta autarquia no Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos no Estado.

Na sequência observa-se a forma como será organizada administrativamente o Instituto de forma bastante resumida uma vez que o Projeto de Lei reserva ao Poder Executivo no momento da expedição do decreto regulamentador a pormenorização desta divisão e organização administrativa.

Logo após o título I do projeto de lei, descrito acima, o Projeto de Lei nº 515/08 passa a trazer uma série de artigos que imprimem mudanças na Lei Estadual nº 12726 de 26 de novembro de 1999, lei esta que criou a Política Estadual de Recursos Hídricos.

As mudanças propostas no título II do Projeto de Lei nº 515/08, em sua maioria, são no sentido de incluir o Instituto Paranaense das Águas no Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, já que este Instituto por força deste projeto será o “...órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH/PR, tendo por finalidade oferecer, em sua esfera de competência, suporte institucional e técnico à efetivação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos - PERH/PR...” (artigo 3º do presente projeto de lei).

Neste título II, ainda, o presente projeto de lei traz mudanças na lei da Política Estadual de Recursos Hídricos aumentando a participação e as atribuições do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, dos Comitês de Bacia, modificações na composição dos Comitês e do

Conselho Estadual de Recursos Hídricos, além de outras mudanças que harmonizam a Política Estadual de Recursos Hídricos com a nova proposta do Instituto Paranaense das Águas.

Logo a seguir o Projeto de Lei nº 515/08 passa a tratar da gestão associada para a prestação dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos. Neste título III as principais mudanças introduzidas são para harmonizar e adequar a legislação estadual pertinente ao tema à Lei Federal nº 11445 de 05/01/07.

A Lei Federal nº 11445/07 imprime novos conceitos e um novo conjunto de dispositivos normativos para o saneamento básico. Assim respeitando-se o princípio federativo o Estado do Paraná deverá adequar sua legislação, baseado nos interesses e necessidades locais e regionais, aos princípios gerais normatizados na legislação federal.

Além das mudanças que atendem ao princípio acima exposto, o Projeto de Lei nº 515/08 também faz as atualizações na legislação estadual no sentido de introduzir o Instituto Paranaense das Águas como regulador e fiscalizador dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos na gestão associada entre o Estado e os Municípios (artigo 3º, parágrafo único e artigo 40 do presente projeto de lei).

Por se tratar de projeto de lei que imprime mudanças significativas nos órgãos gestores e gerenciadores dos programas governamentais sobre o Meio Ambiente, por introduzir mudanças no sistema de gerenciamento e concessão do uso da água e dos resíduos, e ainda por realizar diversas mudanças na Política Estadual de Recursos Hídricos, este relator decidiu convocar um seminário sobre o tema. Seminário este realizado no dia 12 de março no plenarinho desta Casa Legislativa com a presença de representantes da SEMA, do IAP, da SANE-PAR, da Universidade Federal do Paraná - UFPR, do SINDI/SEAB, de diversas organizações não governamentais e do Ministério Público do Estado (CAOP - Meio Ambiente).

Após a realização do seminário, o projeto de lei é encaminhado a esta Comissão Permanente e então é convocado uma Audiência Pública para debater o projeto e receber sugestões de alteração. Para esta audiência foram convidados os mesmos atores acima descritos além de outras instituições.

Recebido as sugestões este relator entende que algumas pequenas mudanças poderiam beneficiar a implantação e concretização dos objetivos previstos no Projeto de Lei nº 515/08.

Assim, o relator apresenta juntamente com este parecer uma série de emendas que passa a demonstrar.

Muito foi considerado sobre a necessidade de que o Projeto de Lei nº 515/08 deveria ser desmembrado em outros três projetos, sendo um para a extinção da SUDERHSA e criação do Instituto Paranaense das Águas, outro sobre as mudanças da lei que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e por fim um

terceiro projeto que tratasse da Política Estadual da prestação de serviços de água e esgoto. Entretanto estas alegações, por mais que estejam corretas, não são oportunas, uma vez que não é da competência dos Deputados, ou mesmo as comissões da Assembleia tal procedimento, podendo sim emendar, apresentar substitutivos, mas não de um projeto de lei transformar em outros três projetos de lei.

Outro ponto fortemente apresentado foi o fortalecimento e reestruturação do órgão em transformação. Mais uma vez este relator concorda veementemente com os participantes das reuniões, mas também entende que o tema não entra na esfera legislativa e sim na esfera executiva. Entretanto já manifesta total apoio a reestruturação e fortalecimento do órgão, em especial no que diz respeito à contratação de novos servidores para o Instituto.

No sentido de fortalecer e garantir condições financeiras ao Instituto Paranaense das Águas, este relator com a colaboração prestimosa de alguns servidores públicos apresenta uma emenda para a criação de uma taxa (Taxa de Fiscalização da Prestação do Serviço de Saneamento Básico - TFSB). A taxa proposta encontra respaldo constitucional para a sua aplicação e é uma conduta já realizada em diversos Estados brasileiros. Afinal ao se estipular ao Instituto Paranaense das Águas uma função de regulador e fiscalizador dos serviços de saneamento básico, não se pode deixar de prever uma cobrança (taxa) para a efetivação desta função como ocorre em todos os órgãos estaduais, nacionais ou municipais com funções semelhantes.

A Taxa de Fiscalização da Prestação do Serviço de Saneamento Básico - TFSB, apresentada representa valor diminuto e não apresentará perca do poder de investimento, e muito menos perca do equilíbrio financeiro dos usuários prestadores de serviços de água e esgoto.

A criação desta taxa acontece na forma de duas emendas uma criando diversos artigos e outra modificando os artigos 4º e 8º do Projeto de Lei nº 515/08 para prever e estipular a forma desta taxa.

Durante a Audiência Pública da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente foi levantado a hipótese de se modificar o nome do Instituto Paranaense das Águas para Instituto das Águas do Paraná.

Esta sugestão foi bem acolhida na audiência e depois recebi em meu gabinete diversos pedidos dos servidores da SUDERHSA para que emendasse o Projeto de Lei nº 515/08 no sentido de garantir a mudança do nome.

Como esta mudança foi bem aceita, não altera a essência do Projeto do Poder Executivo e ainda eleva a autoestima dos servidores públicos, ao mesmo tempo em que dá uma nomenclatura mais portentosa ao novo instituto apresentamos a sugestão aos nobres Pares por meio de uma emenda.

Outra sugestão que acredito ser de minha valia a qual também apresento emenda foi a da modificação da composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O SINDI/SEAB apresentou solicitação para que um dos

servidores do novo Instituto possa representar a categoria junto ao conselho. Como são os servidores que estarão cotidianamente aplicando os objetivos colimados na criação do Instituto nada mais justo que os mesmos tenham um representante eleito junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

No mesmo sentido do acima exposto acredito que a presença de um servidor estadual do Instituto Paranaense das Águas junto ao Conselho de Administração desta instituição só trará mais luz sobre as decisões da instituição.

Como afirmo neste relatório o Projeto de Lei nº 515/08 vem harmonizar a legislação estadual pertinente à legislação federal. Assim são necessários alguns ajustes em algumas denominações utilizadas no presente projeto de lei. Ao mencionar em seus artigos 3º, 4º e 34, que o Instituto Paranaense das Águas terá como finalidade fiscalizar os serviços de água, esgoto e resíduos sólidos, e mencionar os dispostos da Lei Federal nº 11445/07 o presente projeto não trata o saneamento básico de forma integral, uma vez que exclui do rol os serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Além disso, a Lei Federal nº 11445/07 afirma que os serviços de saneamento básico são: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais (artigo 3º e incisos da Lei Federal nº 11445/07). Ao utilizar as expressões "...água, esgoto e resíduos sólidos..." os artigos citados acima não estão em harmonia com a legislação federal, além de não tratar, o saneamento básico como o princípio da integralidade prevê.

O artigo 2º e 3º da Lei Federal nº 11445/07 trata o tema da seguinte forma:

"Art. 2º os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

(...)

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.” (grifos nossos)

Ainda entendi pertinente modificar o artigo 23 do projeto de lei. O artigo 23 modifica o artigo 22 da Lei nº 12726/99, dispondo sobre os valores que comporão o Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Na redação original usou-se a seguinte redação:

Art. 23. Os incisos VII e IX do parágrafo 1º, o parágrafo 2º e as alíneas “a” e “b” do parágrafo 4º do artigo 22 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescidos os incisos X e XI ao parágrafo 1º desse dispositivo:

“Art. 22. [...]

§ 1º [...]

[...]

VII - receitas de convênios, contratos, acordos e ajustes firmados pelos órgãos executivo gestor ou coordenador central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH/PR, visando o atendimento aos objetivos de fundo;

[...]

IX - compensação financeira e royalties pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica que o Estado do Paraná receber;

X - parte da compensação financeira a ser definida em regulamento, que o Estado receber pela exploração de petróleo, gás, natural e recursos naturais; e

XI - quaisquer outras receitas eventuais, vinculadas aos objetivos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FRHI/PR.”

[...]

Entretanto no que diz respeito ao inciso IX acima exposto acredito que o mesmo deva sofrer uma alteração na expressão “...a receber...”. Isto pois a expressão trata do futuro, de um ato que ainda irá acontecer, podendo gerar inúmeras demandas judiciais, pois a partir de quando o “a receber” passará para o tempo presente? Assim para evitar estas demandas apresentamos uma emenda que substitui a expressão “a receber” por devidos. Assim todas as verbas referentes à compensação financeira e os royalties devidos ao Estado, ou seja, de direito do Estado do Paraná comporão o Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

Apresento, ainda, uma emenda modificativa ao artigo 40 do projeto de lei em tela. Na redação original há uma autorização ao Governo de firmar convênio de cooperação com os titulares dos serviços de saneamento básico. Entretanto não se trata de um convênio e sim de

diversos convênios, pois cada titular dos serviços de saneamento básico terão um convênio com o Estado. Diante disto, trocamos a palavra convênio para convênios. Neste mesmo artigo a redação original atrela a fiscalização e a regulação a serem exercidas pelo Instituto com a prestação de serviços da SANEPAR. A legislação federal permite que o órgão gestor possa fiscalizar e regular mesmo que a prestação de serviços seja efetuada pelo próprio Município ou mesmo por terceiros. Assim ao inserir a palavra eventualmente antes da prestação de serviços dá o direito ao Instituto Paranaense de Águas em fiscalizar e regular o serviço de saneamento mesmo quando o titular dos serviços de saneamento básico não optarem pela Companhia de Saneamento do Paraná.

Por fim alterei o artigo 41 do projeto de lei em tela garantindo a possibilidade do Estado do Paraná delegar a instituições sem fins lucrativos o exercício de atividades de Secretaria Executiva de Comitê de Bacia Hidrográfica. Com a redação original esta delegação não era permitida, o que poderia por em risco o sistema uma vez que a autorização para delegação permitirá que em casos de ausência momentânea desta função o Estado possa contar com instituições sem fins lucrativos para exercê-la.

Diante dos dispositivos acima enumerados acredito que o Projeto de Lei nº 515/08 deverá sofrer as emendas necessárias para este ajuste o que faço na forma das emendas em anexo.

No que tange à competência dessa comissão nada obsta ao seu prosseguimento, acompanhada das emendas, uma vez que moderniza e aprimora o sistema estadual de recursos hídricos, e ao sistema de saneamento básico no Estado do Paraná.

Desta forma somos favoráveis ao prosseguimento do projeto de lei em análise, acompanhado das emendas.

Sala das Comissões, em 11/05/09.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente

LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 515/08

Artigo Único. Adiciona-se os artigos abaixo descritos ao Projeto de Lei nº 515/08 d autoria do Poder Executivo, onde melhor couber, com as seguintes redações:

Art. A. Fica instituída a Taxa de Fiscalização da Prestação do Serviço de Saneamento Básico - TFSB.

Parágrafo Único. O fato gerador da presente taxa é o exercício regular do poder de política administrativa conferido ao Instituto Paranaense das Águas por força de convênio de cooperação, firmado pelos titulares do serviço de saneamento básico com o Estado do Paraná.

Art. B. Toda e qualquer prestadora dos serviços que integram o saneamento básico em Municípios paranaenses conveniados é sujeito passivo da TFSB.

§ 1º As prestadoras são obrigadas a entregar ao Instituto Paranaense das Águas, até o quinto dia útil de cada mês, relatórios do mês subsequente que deverão ser individualizados por Município e conterão:

I - o número de usuários atendidos pelos serviços de saneamento básico prestados;

II - a receita mensal bruta auferida.

§ 2º O descumprimento da obrigação determinada no parágrafo anterior e seus incisos sujeitará a infratora ao pagamento de multa correspondente a 30% (trinta por cento) da TFSB devida.

Art. C. A TFSB será devida até o último dia útil de cada mês do ano civil, contemplando valor correspondente a 1% (um por cento) da receita bruta mensal auferida, e seu recolhimento será afetado em conta bancária vinculada ao Instituto Paranaense das Águas, por meio de documento próprio de arrecadação, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente.

Art. D. Os recursos arrecadados com a TFSB serão utilizados exclusivamente em atividades relacionadas à regulação e fiscalização de serviço de saneamento básico.

Art. E. TFSB não recolhida nas condições e prazos previstos no artigo C terá como cláusula de reajuste e multa:

I - juros de mora contados do mês seguinte ao vencido, à razão de 1% ao mês;

II - multa de mora de 10% (dez por cento).

Parágrafo Único. Os juros de mora não incidem sobre o valor da multa de mora.

Art. F. As prestadoras são obrigadas a discriminar mensalmente nas contas por ela emitidas aos usuários os percentuais e os valores nominais relativos ao pagamento da TFSB.

Art. G. O Instituto Paranaense das Águas expedirá normas reguladoras visando à efetivação da TFSB.

Sala das Comissões, em 06/05/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

JUSTIFICATIVA:

Previsão de competência para o cálculo e cobrança mensal de taxa pelo exercício regular de poder de polícia, nos termos do inciso II do artigo 145 da Constituição Federal. A estrutura atual da SUDERHSA, a ser absorvida pelo Instituto Paranaense das Águas, revela-se demasiadamente enxuta e insuficiente já para satisfazer as funções de órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, razão pela qual impera a necessidade da instituição de uma taxa pelo exercício regular do poder de polícia.

Desta forma, o Instituto irá dispor de recursos específicos e autonomia orçamentária e financeira para satisfazer suas funções de entidades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.

Tendo em vista que a independência decisória da entidade, incluindo autonomia orçamentária e financeira, constitui princípio para o exercício da função de regulação (inciso I do artigo 21 da Lei Federal nº 11445/07¹), a Taxa de Fiscalização de prestação do serviço de Saneamento Básico (TFSB) é o meio adequado para assegurar tais autonomias e reforçar a observância ao princípio da independência decisória.

Alerta-se que o efetivo respeito ao referido princípio é uma das principais preocupações da doutrina, conforme manifesta MUKAI² “(...) o legislador, ao estabelecer a necessidade de autonomia orçamentária e financeira, mas, pela própria natureza da norma, não ter definido mecanismos de financiamento próprio, abre a possibilidade de não haver concretude jurídica na referida expressão “autonomia orçamentária e financeira do ente regulador”.

Não se deve esquecer que dentre as competências da entidade de regulação e fiscalização consta também o recebimento e manifestação conclusiva sobre reclamações, que a juízo do usuário (interessado), não tenham sido suficientemente atendidas pela prestadora (parágrafo 3º do artigo 23 da Lei Federal nº 11445/07³).

O atendimento da mencionada obrigação exigirá do Instituto canais de comunicação diretos com os usuários, o que dependerá logicamente da existência de estruturas física e humana para atendimento espalhadas pelo Estado, estruturas hoje existentes.

Acredita-se que o valor bruto da arrecadação da prestadora dos serviços nos Municípios seja um bom indicador para a fixação do valor da taxa. Isso porque a arrecadação bruta reflete o volume do serviço prestado e o número de usuários atendidos, que por sua vez terão acesso à entidade de fiscalização e regulação.

EMENDA MODIFICATIVA

Artigo Único. Modifica-se a redação de todos os artigos do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo, substituindo o nome do novo ente criado de Instituto Paranaense das Águas para Instituto das Águas do Paraná.

Sala das Comissões, em 06/05/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

1. Art. 21. O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:

I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;

2. MUKAI, Sylvio Toshiro. Capítulo VII - da Regulação. In: MUKAI, Toshio. Saneamento Básico: diretrizes gerais; comentários à Lei nº 11445 de 2007. Lumen Juris, 2007. p. 60 e 61.

3. Art. 23. (...)

§ 3º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

JUSTIFICATIVA:

Durante a Audiência Pública da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente foi levantado a hipótese de se modificar o nome do Instituto Paranaense das Águas para Instituto das Águas do Paraná.

Esta sugestão foi bem acolhida na audiência e depois recebi em meu gabinete diversos pedidos dos servidores da SUDERHSA para que emendasse o Projeto de Lei nº 515/08 no sentido de garantir a mudança do nome.

Como esta mudança foi bem aceita, não altera a essência do Projeto do Poder Executivo e ainda eleva a auto-estima dos servidores públicos, ao mesmo tempo em que dá uma nomenclatura mais portentosa ao novo instituto apresentamos a sugestão aos nobres pares.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Artigo Único. Substitui-se o parágrafo único do artigo 3º do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

Parágrafo Único. Constitui, também, finalidade do Instituto Paranaense das Águas o exercício das funções de entidade de regulação e fiscalização do serviço de saneamento básico, integrado pelos serviços públicos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, desde que haja gestão associada entre Estado e Municípios, autorizada pela Lei nº 11107, de 06/04/05, nos termos da Lei nº 11445, de 05/01/07, e demais determinações previstas nesta lei.”

Sala das Comissões, em 06/05/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

JUSTIFICATIVA:

A atual redação do parágrafo único do artigo 3º é a seguinte:

“Parágrafo Único. Constitui, também, finalidade do Instituto Paranaense das Águas o exercício das funções de entidade de regulação e fiscalização dos serviços públicos de água, esgoto e resíduos sólidos na gestão associada entre o Estado e Municípios, autorizada pela Lei nº 11107, de 06/04/05, nos termos da Lei nº 11445, de 05/01/07, e demais determinações previstas nesta lei.”

Alterar os termos água para abastecimento de água potável, esgoto para esgotamento sanitário, e resíduos sólidos para limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de maneira a adequar o texto do projeto de lei estadual aos conceitos expressos no inciso I do artigo 3º da Lei Federal nº 11445/07¹.

Ressalta-se que a lei federal deixa claro que limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos compõem um único serviço de saneamento básico, sendo, portanto, indissociáveis. O que significa dizer que limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos devem ser obrigatoriamente concedidas pelo titular a uma única prestadora de serviços.

Também se revela necessário esclarecer se o Instituto Paranaense das Águas irá regular e fiscalizar apenas três dos quatro serviços públicos que integram o saneamento básico. Já que o projeto de lei só menciona abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, excluindo o serviço de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas da finalidade de regulamentação e fiscalização do Instituto.

Recorda-se que o Princípio da Integridade enuncia que os serviços públicos de saneamento básico devem ser prestados como um conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos serviços que integram o saneamento básico (artigo 2º, II da Lei Federal nº 11445/07²).

A lei federal, assim, determina que a prestação do serviço básico deve ser efetuada necessariamente de forma integral, ou seja, contemplando os serviços públicos de (1) abastecimento de água potável, (2) esgotamento sanitário, (3) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e (4) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Desta forma, parece mais adequado que todos os serviços de saneamento básico sejam contemplados na gestão associada e não apenas alguns³.

Outro esclarecimento imprescindível reside no alcance da regulação e fiscalização do Instituto Paranaense das Águas, na medida em que o projeto de lei enuncia que a autarquia funcionará como entidade de regulação e fiscalização nos casos de gestão associada entre Estado e Municípios.

Segundo o inciso II do artigo 3º da Lei Federal nº 11445/07⁴, gestão associada é a “associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no artigo 241 da

1. Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

a) **abastecimento de água potável**: constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) **esgotamento sanitário**: constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte e disposição final adequados dos esgoto sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) **limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**: conjunto, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento de destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.

d) **drenagem e manejo das águas pluviais urbanas**: conjunto de atividades, infraestrutura e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas; (negrito inexistente no original).

Constituição Federal, que autoriza a gestão associada de serviços públicos e a transferência parcial ou total de encargos, serviços, pessoal e bens através de consórcio público ou convênio de cooperação entre os entes federados, definido no inciso VIII do artigo 2º do Decreto Federal nº 6017/07¹.

A gestão associada de serviços públicos compreende o exercício das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização de serviços públicos por meio de consórcio público ou de convênio de cooperação entre entes federados, acompanhados ou não da prestação de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos (inciso IX do artigo 2º do Decreto Federal nº 6017/07).

Diante disso, percebe-se que a gestão associada sempre envolve o exercício das atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos, porém nem sempre engloba a prestação dos serviços públicos e demais transferências.

Isso significa dizer que a legislação federal determina que as atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos estejam presentes na gestão associada, mesmo quando tal gestão não trate da prestação dos serviços.

Entretanto, a atual redação do parágrafo único do artigo 3º (proposta pelo projeto de lei) impõe aos Municípios a obrigação de incluir a prestação dos serviços de saneamento básico na gestão associada caso desejem que o Instituto Paranaense das Águas funcione como entidade de regulação e fiscalização. O que se pretende mudar com a apresentação desta emenda.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Artigo Único. Substituem-se os incisos XII e XIII do artigo 4º do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Compete ao Instituto Paranaense das Águas:

(...)

XII - desempenhar as competências previstas na Lei Federal nº 11445, de 05/01/07, na condição de entidade de regulação e fiscalização dos serviços abastecimento de

2.Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

(...)

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas desde que haja gestão associada entre o Estado e os Municípios;

XIII - fiscalizar os serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas desde que haja gestão associada entre o Estado e os Municípios e aplicar as sanções por infrações a regras jurídicas que disciplinam a adequada prestação de serviços de saneamento básico previstas na Lei Federal nº 11445/07, nesta lei, em seus regulamentos, nas normas técnicas e nos jurídicos deles decorrentes.”

Sala das Comissões, em 06/05/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

JUSTIFICATIVA:

A atual redação dos incisos XII e XIII do artigo 4º é a seguinte:

“Art. 4º Compete ao Instituto Paranaense das Águas:

XII - desempenhar as competências previstas na Lei Federal nº 11445, de 05/01/07, na condição de entidade de regulação e fiscalização dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos prestados na gestão associada entre o Estado e Municípios; e

XIII - fiscalizar os serviços públicos de água, esgoto e resíduos sólidos prestados na gestão associada entre o Estado e Municípios e aplicar sanções por infrações à regras jurídicas que disciplinam a adequada prestação dos serviços de saneamento básico previstas na Lei Federal nº 11445, de 05/01/07, nesta lei, em seus regulamentos, nas normas técnicas e nos jurídicos deles decorrentes.”

3.Sublinha-se que a Companhia de Saneamento do Paraná dispõe de permissão legal para prestar todos os serviços que integram o saneamento básico, conforme artigo 1º da Lei Estadual nº 4684/63 (com redação determinada pela Lei Estadual nº 12403/98):

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade por ações, sob a denominação de Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, destinada a **exploração de serviços públicos e de sistemas privados de abastecimento de água, de coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos, de drenagem urbana**, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a SANEPAR e para o Estado do Paraná, dentro ou fora de seus limites territoriais, ficando autorizada, para os fins acima, a participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas. (negrito inexistente no original)

Alterar os termos “água” para “abastecimento de água potável”, “esgoto” para “esgotamento sanitário” e “resíduos sólidos” para “limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos”, de maneira a adequar o texto do projeto de lei estadual aos conceitos expressos no inciso I do artigo 3º da Lei Federal nº 11445/07¹.

Ressalta-se que a lei federal deixa claro que “limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos” compõem um único serviço de saneamento básico, sendo, portanto, indissociáveis.

Também se revela necessário esclarecer se o Instituto Paranaense das Águas irá regular e fiscalizar apenas três dos quatro serviços públicos que integram o saneamento básico. Já que o projeto de lei só menciona abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, excluindo o serviço de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas da finalidade de regulação e fiscalização do instituto.

Recorda-se que o princípio da integralidade enuncia que os serviços públicos de saneamento básico devem ser prestados como um conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos serviços que integram o saneamento básico (Art. 2º, II da Lei Federal nº 11445/07²).

A lei federal, assim, determina que a prestação do serviço de saneamento básico deve ser efetuada necessariamente de forma integral, ou seja, contemplando os serviços públicos de (1) abastecimento de água potável, (2) esgotamento sanitário, (3) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e (4) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Desta forma, parece mais adequado que todos os serviços de saneamento básico sejam contemplados na gestão associada e não apenas alguns³.

Outro esclarecimento imprescindível reside no alcance da regulação e fiscalização do Instituto Paranaense das Águas, na medida em que o projeto de lei enuncia que a autarquia funcionará como entidade de regulação e fiscalização nos casos de “gestão associada entre Estado e Municípios”.

Segundo o inciso II do artigo 3º da Lei Federal nº 11445/07⁴, gestão associada é a “associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no artigo 241 da Constituição

Federal”, que autoriza a gestão associada de serviços públicos e a transferência parcial ou total de encargos, serviços, pessoal e bens através de consórcio público ou convênio de cooperação entre os federados, definido no inciso VIII do artigo 2º do Decreto Federal nº 6017/07⁵.

A gestão associada de serviços públicos compreende o “exercício das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização de serviços públicos por meio de consórcio público ou de convênio de cooperação entre entes federados, acompanhadas ou não da prestação de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos” (inciso IX do artigo 2º do Decreto Federal nº 6017/07).

Diante disso, percebe-se que a gestão associada sempre envolve o exercício das atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos, porém nem sempre engloba a prestação dos serviços públicos, porém nem sempre engloba a prestação dos serviços públicos e demais transferências.

Isso significa dizer que a legislação federal determina que as atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos estejam presentes na gestão associada, mesmo quando tal gestão não trate da prestação dos serviços.

EMENDA ADITIVA

Artigo Único. Adiciona-se um inciso ao artigo 4º e um inciso ao artigo 8º do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo, que passará a vigorar com a seguinte redação:

1. Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

4. Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se:

(...)

II - gestão associada: associação voluntária de entes federados de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no artigo 241 da Constituição Federal;

Art. 2º Para os fins deste decreto, consideram-se:

1. VIII - Para os fins de cooperação, entre entes federados: pacto firmado exclusivamente por entes da Federação, com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos, desde que ratificado ou previamente disciplinado por lei editada por cada um deles;

“Art. 4º Compete ao Instituto Paranaense das Águas:

(...)

(novo inciso) XIV - calcular e cobrar mensalmente a Taxa de Fiscalização da prestação do serviço de Saneamento Básico - TFSB.”

“Art. 8º Constituem receitas do Instituto Paranaense das Águas:

(...)

(Novo inciso, onde melhor couber) - recursos auferidos em virtude do pagamento da Taxa de Fiscalização da prestação do serviço de Saneamento Básico - TFSB.”

Sala das Comissões, em 06/05/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

JUSTIFICATIVA:

Previsão de competência para o cálculo e cobrança mensal de taxa pelo exercício regular de poder de polícia administrativa, nos termos do inciso II do artigo 145 da Constituição Federal.

A estrutura atual da SUDERHSA, a ser absorvida pelo Instituto Paranaense das Águas, revela-se demasiadamente enxuta e insuficiente já para satisfazer as funções de órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, razão pela qual impera a necessidade de instituição de uma taxa pelo exercício regular do poder de polícia.

Desta forma, o instituto irá dispor de recursos específicos e autonomia orçamentária e financeira para satisfazer suas funções de entidade de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.

Tendo em vista que a independência decisória da entidade, incluindo autonomia orçamentária e financeira, constitui princípio para o exercício da função de regulação (inciso I do artigo 21 da Lei Federal nº 11445/07¹), a Taxa de Fiscalização da prestação do serviço de Saneamento Básico (TFSB) é o meio mais adequado para assegurar tais autonomias e reforçar a observância ao princípio da independência decisória.

Alerta-se que o efetivo respeito ao referido princípio é uma das principais preocupações da doutrina, conforme manifesta MUKAI² “(...) o legislador, ao estabelecer a necessidade de autonomia orçamentária e financeira, mas, pela própria natureza da norma, não ter definido mecanismos de financiamento próprio, abre a possibilidade de não haver concretude jurídica na referida

2. Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

(...)

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

expressão “autonomia orçamentária e financeira do ente regulador”.

Não se deve esquecer que dentre as competências da entidade de regulação e fiscalização consta também o recebimento e manifestação conclusiva sobre reclamações, que, a juízo do usuário (interessado), não tenham sido suficientemente atendidas pela prestadora (§ 3º do artigo 23 da Lei Federal nº 11445/07³).

O atendimento da mencionada obrigação exigirá do instituto canais de comunicação diretos com os usuários, o que dependerá logicamente da existência de estruturas física e humana para atendimento espalhadas pelo Estado, estruturas hoje inexistentes.

Acredita-se que o valor bruto da arrecadação da prestadora dos serviços nos Municípios seja um bom indicador para a fixação do valor da taxa. Isso porque a arrecadação bruta reflete o volume do serviço prestado e o número de usuários atendidos, que por sua vez terão acesso à entidade de fiscalização e regulação.

EMENDA MODIFICATIVA

Artigo Único. Modifica-se o parágrafo 1º do artigo 13 do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo, no sentido de incluir no citado parágrafo a representação de um servidor público eleito entre seus Pares na composição do Conselho de Administrativo do Instituto Paranaense das Águas, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. O Instituto Paranaense das Águas será administrado por:

(...)

§ 1º O Conselho de Administração, órgão colegiado de coordenação, direção e assessoramento superior, será composto por 5 (cinco) membros, não remunerados, devendo um dos membros ser servidor público estadual

3. Sublinha-se que a Companhia de Saneamento do Paraná dispõe de permissão legal para prestar todos os serviços que integram o saneamento básico, conforme artigo 1º da Lei Estadual nº 4684/63 (com redação determinada pela Lei Estadual nº 12403/98):

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade por ações, sob a denominação de Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, destinada à exploração de serviços públicos e de sistemas privados de abastecimento de água, de coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos de drenagem urbana, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a SANEPAR e para o Estado do Paraná, dentro ou fora de seus limites territoriais, ficando autorizada, para os fins acima, a participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas.

lotado no Instituto Paranaense das Águas e eleito entre seus Pares para esta finalidade e será presidido pelo Secretário Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, cabendo ao Diretor-Presidente do Instituto Paranaense das Águas o exercício das funções de Secretário Executivo.

Sala das Comissões, em 06/05/09.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

JUSTIFICATIVA:

Quem executa, planeja, atende, e vive o instituto são, essencialmente, seus servidores. Assim nada mais justo que aqueles que conhecem o tema na prática, que lidam com o tema cotidianamente sejam membros do Conselho que será o órgão máximo na administração do instituto, o Conselho de Administração.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Artigo Único. Substitui-se o artigo 39 do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo, que pasará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. O Instituto Paranaense das Águas desempenhará as funções de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, integrado pelos serviços públicos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, desde que haja gestão da associada entre Estado e Municípios, autorizada pela Lei nº 11107, de 06/04/05, nos termos da Lei nº 11445, de 05/01/07, e demais determinações previstas nesta lei.”

Sala das Comissões, em 06/05/09.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

JUSTIFICATIVA:

A atual redação do artigo 39 é a seguinte:

4. Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se:

(...)

II - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no artigo 241 da Constituição Federal;

5. Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se:

VIII - convênio de cooperação entre entes federados: pacto firmado exclusivamente por entes da Federação, com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos, desde que ratificado ou previamente disciplinado por lei editada por cada um deles;

1. Art. 21. O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:

I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;

2. MUKAI, Sylvio Toshiro. Capítulo VII - da Regulação. In: MUKAI, Toshio. Saneamento Básico: diretrizes gerais, comentários à Lei nº 11445 de 2007. Lumen Juris, 2007. p. 60 e 61.

“Art. 39. O Instituto Paranaense das Águas desempenhará as funções de regulação e fiscalização dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos prestados na gestão associada entre o estado e os Municípios autorizada pela Lei nº 11107, de 06/04/05, nos termos da Lei nº 11445, de 05/01/07, e demais determinações previstas nesta lei.”

Alterar os termos “água” para “abastecimento de água potável”, “esgoto” para “esgotamento sanitário” e “resíduos sólidos” para “limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos”, de maneira a adequar o texto do projeto de lei estadual aos conceitos expressos no inciso I do artigo 3º da Lei Federal nº 11455/07¹.

Ressalta-se que a lei federal deixa claro que “limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos” compõem um único serviço de saneamento básico, sendo, portanto, indissociáveis.

Também se revela necessário esclarecer se o Instituto Paranaense das Águas irá regular e fiscalizar apenas três dos quatro serviços públicos que integram o saneamento básico. Já que o projeto de lei só menciona abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, excluindo o serviço de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas da finalidade de regulação e fiscalização do instituto.

Recorda-se que o princípio de integridade enuncia que os serviços públicos de saneamento básico devem ser prestados como um conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos serviços que integram o saneamento básico (artigo 2º, II da Lei Federal nº 11445/07²).

A lei federal, assim, determina que a prestação do serviço de saneamento básico deve ser efetuada necessariamente de forma integral, ou seja, contemplando os serviços públicos de (1) abastecimento de água potável, (2) esgotamento sanitário, (3) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e (4) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Desta forma, parece mais adequado que todos os serviços de saneamento básico sejam contemplados na gestão associada e não apenas alguns³.

Outro esclarecimento imprescindível reside no alcance da regulação e fiscalização do Instituto Paranaense das Águas, na medida em que o projeto de lei enuncia que a autarquia funcionará como entidade de regulação e fiscalização nos casos de “gestão associada entre Estado e Municípios”.

Segundo o inciso II do artigo 3º da Lei Federal nº 11445/07⁴, gestão associada é a “associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no artigo 241 da Constituição

3. Art. 23. (...)

§ 3º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Federal”, que autoriza a gestão associada de serviços públicos e a transferência parcial ou total de encargos, serviços, pessoal e bens através de consórcio público ou convênio de cooperação entre os entes federados, definido no inciso VIII do artigo 2º do Decreto Federal nº 6017/07¹.

A gestão associada de serviços públicos compreende o “exercício das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização de serviços públicos por meio de consórcio público ou de convênio de cooperação entre entes federados, acompanhados ou não da prestação de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos” (inciso IX do artigo 2º do Decreto Federal nº 6017/07).

Diante disso, percebe-se que a gestão associada sempre envolve o exercício das atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos, porém nem sempre engloba a prestação dos serviços públicos e demais transferências.

Isso significa dizer que a legislação federal determina que as atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos estejam presentes na gestão associada, mesmo quanto tal gestão não trate da prestação dos serviços.

EMENDA MODIFICATIVA

Artigo Único. Modifica-se a redação do artigo 23 do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo, na alteração proposta ao artigo 22 da Lei nº 12726/99, em seu inciso IX, que passará a vigorar com a seguinte redação:

1.Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento e vazão de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

“Art. 23. Os incisos VII a IX do parágrafo 1º, o parágrafo 2º e as alíneas “a” e “b” do parágrafo 4º do artigo 22 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescidos os incisos X e XI ao parágrafo 1º desse dispositivo:

Art. 22 (...)

§ 1º (...)

(...)

IX - compensação financeira e royalties pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica devidos ao Estado do Paraná;”

Sala das Comissões, em 06/05/09.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

JUSTIFICATIVA:

A mudança proposta visa adequar a redação para que a expressão verbal “a receber” seja alterada para “devidos” uma vez que a expressão anterior reportava constantemente para o futuro e poderia gerar disputas judiciais. Assim com a palavra devidos ao Estado o problema é contornado, pois sempre que a compensação financeira ou os royalties sejam devidos ao Estado, estes valores comporão o Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

EMENDA MODIFICATIVA

Artigo Único. Modifica-se a redação do artigo 40 do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo, colocando o substantivo “convênio” no plural “convênios”, e inserindo a palavra eventualmente logo após a expressão “Instituto Paranaense das Águas e...”, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a firmar convênios de cooperação com os titulares dos serviços de saneamento básico atribuindo a fiscalização e a regulação dos serviços delegadas pelos titulares para o Instituto Paranaense das Águas e eventualmente a prestação dos serviços à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, mediante contrato de programa a ser firmado com cada Município conveniado. (grifo nosso).

Sala das Comissões, em 06/05/09.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

JUSTIFICATIVA:

A redação original do artigo em tela ao mencionar a palavra convênio, tornou este ato uma ação singular e única. Entretanto não será um convênio e sim vários convênios, uma vez que para cada titular dos serviços de saneamento deverá existir um convênio. Com a expressão no plural resolve-se o problema.

2.Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

(...)

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

A inserção da palavra eventualmente se dá em razão de que o titular do serviço de saneamento básico poderá delegar as funções de regulação e fiscalização sem com isto delegar a prestação dos serviços. A regulação e fiscalização e a prestação de serviços podem ser delegadas em conjunto, mas também poderão ser feitas de formas distintas. Acima inserção da palavra eventualmente resolve este pequeno problema como passo a demonstrar a seguir:

Segundo o inciso II do artigo 3º da Lei Federal nº 11445/07¹, gestão associada é a “associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no artigo 241 da Constituição Federal”, que autoriza a gestão associada de serviços públicos e a transferência parcial ou total de encargos, serviços, pessoal e bens através de consórcio público ou convênio de cooperação entre os entes federados, definido no inciso VIII do artigo 2º do Decreto Federal nº 6017/07².

A gestão associada de serviços públicos compreende o “exercício das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização de serviços públicos por meio de consórcio público ou de convênio de cooperação entre entes federados, acompanhadas ou não da prestação de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos” (inciso IX do artigo 2º do Decreto Federal nº 6017/07).

Diante disso, percebe-se que a gestão associada sempre envolve o exercício das atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos, porém nem sempre engloba a prestação dos serviços públicos e demais transferências.

Isso significa dizer que a legislação federal determina que as atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos estejam presentes na gestão associada, mesmo quando tal gestão não trate da prestação dos serviços.

3.Sublinha-se que a Companhia de Saneamento do Paraná dispõe de permissão legal para prestar todos os serviços que integram o saneamento básico, conforme artigo 1º da Lei Estadual nº 4684/63 (com redação determinada pela Lei Estadual nº 12403/98)

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade por ações, sob a denominação de Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, destinada à exploração de serviços públicos e de sistemas privados de abastecimento de água, de coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos, de drenagem urbana, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a SANEPAR e para o Estado do Paraná, dentro ou fora de seus limites territoriais, ficando autorizada, para os fins acima, a participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Artigo Único. Substitui-se o artigo 34 do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 34. O artigo 41 da Lei nº 12726, 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41. Compete às gerências de bacia hidrográfica a exercer a Secretaria Executiva dos respectivos comitês de Bacia Hidrográfica.”

“Parágrafo Único. O Instituto Paranaense das Águas poderá delegar a organizações civis sem fins lucrativos relacionadas no artigo 47 da Lei nº 9433, de 08/01/97, por prazo determinado, o exercício de atividades de Secretaria Executiva de Comitê de Bacia Hidrográfica, nos termos da Lei nº 10881, 09/06/04.”

Sala das Comissões, em 06/05/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

JUSTIFICATIVA:

Com a redação dada pelo Poder Executivo ao artigo 41 da Lei nº 12726 de 22/11/99 (Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos), o Estado fica impossibilitado de delegar a organizações civis sem fins lucrativos a possibilidade de exercerem as atividades de Secretaria Executiva dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Entretanto esta previsão existe em lei federal, além do que garante a inexistência de outro mecanismo a faculdade do Poder Executivo continuar o serviço público previsto no diploma legal citado.

O Poder Legislativo Estadual deve buscar a manutenção de certo grau de simetria entre o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Assim deve-se prever, a título meramente de faculdade, a possibilidade do Instituto delegar a organizações civis, por prazo determinado, o exercício das atividades de Secretaria Executiva de Comitês.

4.Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se:
(...)

II - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no artigo 241 da Constituição Federal;

1.Art. 2º Para os fins deste decreto, consideram-se:
VIII - convênio de cooperação entre entes federados: pacto firmado exclusivamente por entes da Federação, com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos, desde que ratificado ou previamente disciplinado por lei editada por cada um deles;

1.Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se:
(...)

II - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no artigo 241 da Constituição Federal;

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS APRESENTADAS PELA COMISSÃO DE
ECOLOGIA AO PROJETO DE LEI Nº 515/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise já foi apreciado por esta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável desta relatoria aprovado em 30/03/09.

Indo a Comissão de Ecologia desta Casa de Lei o Projeto de Lei nº 515/08 recebeu emendas por parte do Relator da matéria, Deputado Luiz Eduardo Cheida abaixo transcritas:

EMENDA 01 - MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 515/08

Modifica a redação de diversos artigos do Projeto de Lei nº 515/08.

Artigo Único. Modifica-se a redação de todos os artigos do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo, substituindo o nome do novo ente criado de Instituto Paranaense das Águas para Instituto das Águas do Paraná:

EMENDA 02 - SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 515/08

Artigo Único. Substitui-se o parágrafo único do artigo 3º do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

“Parágrafo Único - Constitui, também, finalidade do Instituto Paranaense das Águas o exercício das funções de entidade de regulação e fiscalização do serviço de saneamento básico, integrado pelos serviços públicos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, desde que haja gestão associada entre Estado e Municípios, autorizada pela Lei nº 11107, de 06/04/05, nos termos da Lei nº 11445, de 15/01/07, de demais determinações previstas nesta lei.”

EMENDA 03 - SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 515/08

Substituem os incisos XII e XIII do artigo 4º do Projeto de Lei nº 515/08.

Artigo Único. Substituem os incisos XII e XIII do artigo 4º do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo, que passará a vigorar com a seguinte redação:

2. Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se:
VIII - convênio de cooperação entre entes federados: pacto firmado exclusivamente por entes da Federação, com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos, desde que ratificado ou previamente disciplinado por lei editada por cada um deles;

“Art. 4º Compete ao Instituto Paranaense das Águas:

(...)

XII - desempenhar as competências previstas na Lei Federal nº 11445, de 05/01/07, na condição de entidade de regulação e fiscalização dos serviços abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas desde que haja gestão associada entre o Estado e os Municípios;

XIII - fiscalizar os serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas desde que haja gestão associada entre o Estado e os Municípios e aplicar as sanções por infrações e regras jurídicas que disciplinam a adequação prestação de serviços de saneamento básico previstas na Lei Federal nº 11445/07, nesta lei, em seus regulamentos, nas normas técnicas e nos jurídicos deles decorrentes.”

EMENDA 04 - MODIFITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 515/08

Modifica a redação do artigo 23 do Projeto de Lei nº 515/08.

Artigo Único. Modifica-se a redação do artigo 23 do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo, na alteração proposta ao artigo 22 do Projeto de Lei nº 12726/99, em seu inciso IX, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23. Os incisos VII a IX do parágrafo 1º, o parágrafo 2º e as alíneas “a” e “b” do parágrafo 4º do artigo 22 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescidos os incisos X e XI ao parágrafo 1º desse dispositivo:

Art. 22 (...)

§ 1º (...)

(...)

IX - compensação financeira e royalties pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica recebidos e a receber pelo Estado do Paraná;”

EMENDA 05 - ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 515/08

Adiciona-se um inciso ao artigo 34 da Lei nº 12726/99 alterada pelo artigo 26 do projeto de Lei nº 515/08.

Artigo Único. Adiciona-se um inciso ao artigo 34 da Lei nº 12726/99 alterada pelo artigo 26 do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26. Fica acrescido o inciso VI ao artigo 34 da Lei nº 12726, de 26/11/99, com a seguinte redação:

Art. 34. (...)

(...)

VII - (novo inciso) - um representante eleito entre os servidores públicos lotados no Instituto Paranaense das Águas;”

EMENDA 06 - SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 515/08

SÚMULA:

Substitui-se o artigo 39 do Projeto de Lei nº 515/08.

Artigo Único. Substitui-se o artigo 39 do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. O Instituto Paranaense das Águas desempenhará as funções de regulação e fiscalização do serviço de saneamento básico, integrado pelos serviços públicos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, desde que haja gestão associada entre Estado e Municípios, autorizada pela Lei nº 11107, de 06/04/05, nos termos da Lei nº 11445, de 05/01/07, e demais determinações previstas nesta lei.”

EMENDA 07 - EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 515/08

Modifica a redação do artigo 40 do Projeto de Lei nº 515/08.

Artigo Único. Modifica-se a redação do artigo 40 do Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo, colocando o substantivo convênio no plural convênios, e inserindo-se a palavra eventualmente logo após a expressão Instituto Paranaense das Águas e..., passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a firmar convênios de cooperação com os titulares dos serviços de saneamento básico, atribuindo a fiscalização e a regulação dos serviços delegadas pelos titulares para o Instituto Paranaense das Águas e eventualmente a prestação dos serviços à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, mediante contrato de programa a ser firmado com cada Município conveniado.” (grifos do autor)

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável as emendas da Comissão de Ecologia ao Projeto de Lei nº 515/08.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Francisco Bühner, Chico Noroeste, Reni Pereira, Fernando Scanavaca, Tadeu Veneri, Artagão Júnior, Nereu Moura e Douglas Fabrício.

Em discussão. Em votação.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sou favorável à questão da constitucionalidade desse projeto, porque o discutimos exaustivamente, mas primeiro recebemos a Ordem do Dia sem o projeto e depois recebemos o projeto sem nem o parecer anexado da CCJ. Quero registrar que estamos votando, sem nem termos em nossas mãos o parecer da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Procede a questão de ordem de V. Exa., porque eu mesmo, quando me encontrava ali no plenário, fiz uma questão de ordem ao Presidente Nelson Justus, já que na Ordem do Dia não constava esse projeto e nem o item nº 08. Resolvido isso na entrega do projeto, ele está aqui obviamente com o parecer favorável, segundo me indica aqui a assessoria da Mesa, a CCJ. Mas tem razão V. Exa. que sempre os projetos devam ter obviamente o acompanhamento dos seus pareceres, para que possamos ter condição de os Deputados analisarem, porque a CCJ não contempla todos os Deputados desta Casa. Tem que ter todas as informações para que os Deputados possam votar.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Pela Ordem**)

Esse projeto, foi analisado, colocado em votação na reunião da Comissão de Finanças na semana passada, conduzida pelo Deputado Reni Pereira, e foi solicitado vistas pelo Deputado Elio Rusch, e estamos marcando para amanhã a reunião para que possamos, na Comissão de Finanças, emitir o parecer a esse projeto que terá uma emenda, pelo que nós sabemos, por parte do relator, Deputado Reni Pereira.

Consulto V. Exa. se, regimentalmente, podemos votar em 1ª discussão hoje, ou para cumprir o Regimento, deveríamos retirar de pauta e votar somente após o parecer da Comissão de Finanças, já que existe um impacto financeiro.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Strapasson, embora respeite a sua colocação, tenho que me colocar aqui, embora tenha condição de determinar sobre a retirada ou não do projeto de pauta, mas vou respeitar aqui o Presidente Nelson Justus, que colocou o projeto em pauta, e vamos colocar o projeto em 1ª discussão, até porque em 1ª discussão vai se ver a questão da constitucionalidade. Posteriormente o projeto deverá passar em todas as comissões pertinentes. Houve um entendimento para que esse projeto viesse em pauta, por isso respeito o entendimento que houve e vamos votar em 1ª discussão.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Pela Ordem**)

Então, coloco para que votemos e que esse projeto somente volte em 2ª discussão após receber o parecer das comissões.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Na verdade, só para esclarecer também, e colaborar com o Presidente da Comissão de Finanças, Deputado Edson Strapasson. O relator desse projeto é o Deputado Reni Pereira, o relator do projeto da anistia é o Deputado Dobrandino da Silva. Na Comissão de Finanças, na semana passada, pedi vista dos dois projetos, e nesse entendimento que tivemos hoje com o Deputado Nelson Justus, inclui na Ordem do Dia, porque ele seria votado então hoje pela constitucionalidade, mas ele só voltará na 2ª discussão após a parecer das comissões.

O projeto, o IPAGUAS, que acaba com a SUDERHSA, está na Comissão de Finanças e com vistas para nós. Então, vamos dar o nosso voto provavelmente separado e as emendas que acharmos necessárias possam ser apresentadas na Comissão de Finanças, ou também no Plenário, quando ele voltará em 2ª discussão, e voltará somente depois dos pareceres dessas comissões.

Agradeço a V. Exa. e a compreensão dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente. Apenas para registrar, estamos mantendo o acordo que foi estabelecido, razão pela qual o projeto veio em pauta, o Deputado Nelson Justus respeitou esse acordo para que o projeto viesse em 1ª discussão. Após a votação ele vai direto a V. Exa., que solicitou vistas, e posteriormente passará por todas as comissões pertinentes àquilo que o projeto necessita para vir em 2ª discussão.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, até para que não pareça que a Comissão de Finanças, de repente, está regimentalmente tentando trancar a pauta, vamos votar só a constitucionalidade. O projeto é constitucional, o parecer está perfeito no aspecto da constitucionalidade, entretanto ele ficou na Comissão de Finanças, porque inclusive baixamos em diligência e o próprio Secretário do Planejamento, Enio Verri, em resposta, falou que temos que adequar esse projeto, porque ele veio para a Casa, faz muito tempo que ele está parado aqui, e em virtude disso temos que adequar a lei orçamentária deste ano para que o impacto comporte essa transformação.

Em relação aos cargos, vamos ter que fazer algumas alterações.

Então, dizer para os Deputados que hoje, votando só a constitucionalidade, ele não tem problema nenhum. A questão que está pairando é a da transformação dos cargos e o impacto financeiro que isso gerará no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputados favoráveis permaneçam como estão.
Devidamente aprovado, por unanimidade.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação Renascer de Itaperuçu, com sede no Município de Itaperuçu e foro na Comarca de Rio Branco do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/09, de 19/05/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 239/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Renascer de Itaperuçu, com sede no Município de Itaperuçu e foro na Comarca de Rio Branco do Sul, nos Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do Projeto de Lei em análise.

Sala das Comissões, em 26/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Amigos do Aduato Botelho - ABAAB, com sede e foro no Município de Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/09, de 20/05/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 242/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Amigos do Aduato Botelho - ABAAB, com sede e foro no Município de Pinhais, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar n° 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do Projeto de Lei em análise.

Sala das Comissões, em 26/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimento n° 2612, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Pensei que o Deputado Reni Pereira tivesse ficado satisfeito com as informações que prestei a ele em nome da COPEL. Se ele insiste em manter o requerimento vai receber a resposta que já dei a ele. Se ele quiser manter o requerimento nós aprovamos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Consulto o Deputado Reni Pereira se vai manter o requerimento.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Mantenho, porque tem algumas perguntas com relação à maneira com que a COPEL pretende reparar os consumidores que pagaram a mais. E é pertinente à Comissão de Defesa do Consumidor e, principalmente, a denúncia feita pelo Deputado Luiz Carlos Martins, que deu ampla repercussão. Respeito, acato, mas infelizmente, não basta a mim satisfazer, temos que dar uma resposta mais objetiva para a sociedade, motivo pelo qual mantenho o requerimento.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, se o Deputado Reni Pereira concordar, encaminho à COPEL, que vai responder o requerimento, até porque é um tema público e a COPEL tem um respeito muito grande pelo consumidor paranaense.

Deputado Reni Pereira, quero aqui, publicamente, dizer que V. Exa. está correto no exercício pleno dos seus direitos e do seu dever aqui como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa, e a COPEL vai prestar todas as informações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Reni Pereira, V. Exa. retira o requerimento?

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Diante desse compromisso que certamente deve ir até a semana que vem, acato a sugestão e espero as respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está retirado o requerimento.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Já que está havendo um problema de erro do lançamento, contrataram uma empresa que não deveria ter sido contratada, a empresa não estava com condições de fazer o serviço, abandonou o serviço dizendo que não tinha pessoal qualificado, aproveitou para fazer um apelo para que, enquanto esse problema não for totalmente sanado, que a COPEL suspenda o corte, pare de cortar a luz de consumidor que está em atraso. De repente, há o lançamento indevido e, muitas vezes, esse usuário, nobre Deputado Romanelli, tem até um crédito para receber da COPEL, já que são 25 mil consumidores que tiveram lançamentos a mais, a COPEL estava cobrando a mais pela sua conta de luz.

É o apelo que faço para que a COPEL não corte a luz de ninguém, enquanto não ficar esclarecido se o consumidor, o usuário tem, quem sabe, até crédito, dinheiro para receber da COPEL.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Requerimentos n°s 2597 e 2610, de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2592 e 2593, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2595, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos n°s 2600 a 2605, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2613, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2614, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 042, 217 e 228/09.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 004 e 218/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 239 e 242/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 164/08, 058 e 203/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Diretoria Geral****Portarias DAT**

PORTARIA N° 100/09 - DAT

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 269 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei n° 16032 de 29/12/08.

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei n° 16032 de 29/12/08 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

| Código | P/A | Fonte | Valor |
|----------|------|-------|--------------|
| 31909400 | 2000 | 100 | 1.200.000,00 |
| Total | | | 1.200.000,00 |

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

| Código | P/A | Fonte | Valor |
|----------|------|-------|--------------|
| 31909600 | 2000 | 100 | 1.150.000,00 |
| 33904100 | 2000 | 100 | 50.000,00 |
| Total | | | 1.200.000,00 |

Gabinete da Diretoria Geral, 04/05/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Alexandre Curi - 1° Secretário

PORTARIA N° 121/09 - DAT

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 269 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei n° 16032 de 29/12/08.

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei n° 16032 de 29/12/08 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

| Código | P/A | Fonte | Valor |
|----------|------|-------|--------------|
| 44905100 | 2000 | 100 | 8.000.000,00 |
| Total | | | 8.000.000,00 |

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

| Código | P/A | Fonte | Valor |
|----------|------|-------|--------------|
| 31901300 | 2000 | 100 | 8.000.000,00 |
| Total | | | 8.000.000,00 |

Gabinete da Diretoria Geral, 01/06/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Alexandre Curi - 1° Secretário

Atas de Comissões**Constituição e Justiça**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido dispensa de leitura pelo Deputado Nereu Moura. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 505/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri à emenda de Plenário - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Nereu

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente
Flávia Baltazar - Secretária